



Felícia de Assunção Aragão Uzo

Relatório de Estágio em Auditoria Financeira na AMM & ASSOCIADOS, SROC, Lda.

Relatório de estágio submetido ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de **Mestre em Auditoria Empresarial e Pública**, realizado sob a orientação da Professora Georgina Morais.

Coimbra, Abril de 2025

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaro ser a autora deste relatório de estágio, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido à outra Instituição de ensino superior para obtenção de um grau académico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas e que tenho consciência de que o plágio constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação do presente relatório de estágio.

*"A mente que se abre a uma nova ideia
jamais voltará ao seu tamanho original."*

- Albert Einstein

AGRADECIMENTOS

Ao concluir este relatório, não posso deixar de expressar a minha gratidão a todos aqueles que de diferentes formas me acompanharam nesta jornada. Em primeiro lugar, agradeço a Deus, pela força e resiliência que me sustentaram nos momentos mais desafiantes. Foi na Sua presença que encontrei luz e coragem para seguir em frente, mesmo quando o caminho parecia mais difícil.

Aos meus pais, devo um agradecimento profundo pelo amor incondicional e pelos valores que sempre me transmitiram. O exemplo de dedicação do meu pai, com a sua sabedoria e paciência, inspirou-me a nunca desistir, mesmo nos momentos de dúvida. Aos meus irmãos, sou grato pelo apoio constante e pelas palavras de encorajamento que tantas vezes renovaram a minha confiança. Ao meu filho, cujo sorriso foi o meu maior refúgio e motivação, este trabalho é também para ti. Espero que um dia vejas nele o reflexo da importância do esforço e da perseverança.

Agradeço de coração à minha orientadora, Professora Georgina Morais, pela orientação paciente e pelo conhecimento partilhado ao longo deste percurso. A sua disponibilidade e confiança foram inestimáveis para a concretização deste projeto. Reconheço ainda o contributo da AMM & Associados SROC, Lda, pela oportunidade e pelo ambiente de colaboração que tanto enriqueceram este trabalho, bem como à equipa, pelo apoio e partilha de ideias que fizeram toda a diferença.

Por fim, uma palavra de gratidão às pequenas coisas que me deram forças nos momentos de pausa e reflexão: à calma do rio Mondego, que tantas vezes foi meu refúgio, e à música, que trouxe conforto e inspiração nas horas de trabalho e introspeção. Este trabalho não é só meu, mas também de todos os que me ajudaram a chegar até aqui. A todos, o meu mais sincero obrigado.

RESUMO

O relatório de estágio, realizado no âmbito do Mestrado em Auditoria Empresarial e Pública do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, documenta as atividades desenvolvidas na AMM & Associados SROC entre 10 de Abril e 10 de Outubro de 2024. O trabalho permitiu a aplicação prática dos conhecimentos teóricos adquiridos em disciplinas como Auditoria Financeira, Normas Internacionais de Auditoria, Controlo Interno e Auditoria Interna, contribuindo para o desenvolvimento de competências essenciais para a profissão.

A experiência prática proporcionou-me um contacto direto com o ambiente de trabalho real, expondo a desafios concretos e integrou-me em equipas multidisciplinares. O relatório reflete criticamente sobre as competências adquiridas, dificuldades enfrentadas e soluções encontradas, destacando o desenvolvimento de habilidades como trabalhar em equipa, comunicação assertiva, gestão de tempo e resolução de problemas. A visão realista do trabalho de Auditoria Financeira ajudou-me a confirmar o interesse na área e a adquirir mais informações sobre a profissão.

O documento apresenta uma visão detalhada das atividades realizadas, demonstrando a minha evolução profissional e pessoal ao longo do estágio. Serviu também como ferramenta de autoavaliação, no cumprimento dos objetivos estabelecidos no plano de estágio, contribuindo para a avaliação final do mestrado.

O relatório demonstra conhecimento da área da auditoria, tanto teórica como prática, evidenciando a capacidade de análise e síntese. A estrutura clara e organizada facilita a compreensão dos conceitos e da experiência adquirida.

Finalmente, o relatório cumpre o objetivo de documentar e analisar as atividades do estágio, refletindo sobre a experiência profissional e pessoal, e demonstrando o cumprimento dos objetivos estabelecidos. Serve como prova do sucesso e da minha preparação para uma carreira na área da auditoria financeira.

Palavras Chaves: auditoria financeira recolha de provas, avaliação de asserções e comunicação de resultados

ABSTRACT

The internship report, carried out within the scope of the Master's Degree in Business and Public Auditing at the Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, documents the activities carried out at AMM & Associados SROC between April 10 and October 10, 2024. The work allowed the application practice of theoretical knowledge acquired in disciplines such as Financial Auditing, International Auditing Standards, Internal Control and Internal Audit, contributing to the development of essential skills for the profession.

The practical experience provided me with direct contact with the real work environment, exposing me to concrete challenges and integrated me into multidisciplinary teams. The report critically reflects on the skills acquired, difficulties faced and solutions found, highlighting the development of skills such as teamwork, assertive communication, time management and problem solving. The realistic view of Financial Auditing work helped me confirm my interest in the area and acquire more information about the profession.

The document presents a detailed overview of the activities carried out, demonstrating my professional and personal evolution throughout the internship. It also served as a self-assessment tool, in fulfilling the objectives established in the internship plan, contributing to the final evaluation of the master's degree.

The report demonstrates in-depth knowledge of the auditing area, both theoretical and practical, highlighting the capacity for analysis and synthesis. The clear and organized structure facilitates understanding of the concepts and experience gained.

Finally, the report fulfills the objective of documenting and analyzing the internship activities, reflecting on professional and personal experience, and demonstrating compliance with the established objectives. It serves as proof of success and my preparation for a career in auditing.

Keywords: financial audit, evidence collection, assessment of assertions and communication of results

INDÍCE GERAL

INTRODUÇÃO	12
1. Enquadramento geral de auditoria.....	13
1.1 Origem da auditoria.....	14
1.2 Conceito da auditoria financeira.....	15
1.3 O contributo da auditoria financeira para as PME Portuguesa.....	17
1.4 Tipos de auditoria.....	19
1.4.1 Inter-relação da auditoria interna com a auditoria externa.....	20
1.5 Normas de auditoria Financeira.....	22
1.6 Evolução histórica dos normativos de auditoria.....	22
1.7 Ética, deontologica profissional e independência do auditor financeiro.....	26
2. CONTROLO INTERNO	28
2.1 Conceito de controlo interno.....	28
2.2 Modelo ICIF- Internal Control – Integrated Framework do COSO.....	31
2.3 Tipos de controlo interno.....	34
2.4 Objetivos do Controlo Interno.....	37
2.5 Importância do controlo interno para as organizações.....	38
3. O PLANEAMENTO DE AUDITORIA	38
3.1 Risco em Auditoria.....	39
4. PROVA EM AUDITORIA	40
4.1 Procedimentos para obtenção de prova em auditoria financeira.....	41
4.2 O papel do revisor oficial de contas.....	43
4.2.1 Código de ética da ordem dos revisores oficiais de contas.....	44
4.2.2 Relatório de Auditoria Financeira/Certificação Legal das Contas.....	45
4.3 Materialidade em Auditoria.....	46
5. ASSERÇÕES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	48
5.1 Tipos de opinião.....	50
5.1.1 Opinião não modificada.....	50
5.1.2 Opinião modificada.....	51
6. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS DURANTE O ESTÁGIO.	52

6.1	Descrição da entidade acolhedora do estágio.....	55
6.2	Software de Auditoria.....	57
6.3	Análise Swot.....	60
6.4	Enquadramento do estágio.....	63
6.5	Planeamento.....	64
6.6	Revisão analítica.....	65
6.7	Inventários.....	66
6.8	Meios financeiros líquidos.....	67
6.8.1	Depósitos à ordem.....	67
6.9	Contas a receber e a pagar.....	70
6.9.1	Circularização.....	70
6.9.2	Clientes.....	72
6.9.3	Fornecedores.....	74
6.9.4	Software da Contabilidade VS Software Comercial.....	75
6.9.5	Estados e outros entes públicos.....	77
6.9.6	Financiamentos Obtidos.....	80
6.10	Saldos credores.....	81
6.10.1	Teste contranatura.....	81
6.10.2	Saldos Devedores.....	84
6.11	Plano de auditoria e procedimentos – conta de terceiros.....	85
6.11.1	E-fatura.....	85
6.12	Plano de auditoria e procedimentos – rendimentos.....	86
6.12.1	Vendas.....	86
6.13	Ativos fixos tangíveis.....	89
	CONCLUSÃO.....	92
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	93
	ANEXOS.....	96
	ANEXO 1 – Índice de procedimento substantivo.....	97
	ANEXO 2 – Dossiê Corrente.....	99
	ANEXO 3 - Dossiê Permanente.....	100

ANEXOS 4 - Controlo de respostas recebidas e de pedido de conciliação.....	101
ANEXOS 5 - Central de responsabilidade de crédito.	103
ANEXOS 6- Carta enviada as Seguradoras.....	104
ANEXOS 7- Carta enviada aos Advogados.	105
ANEXOS 8 - Carta enviada aos Bancos.	107

LISTA DE ABREVIATURAS, ACRÓNIMOS E SIGLAS

AFT - Ativo Fixo Tangível

AIA - American Institute of Accountants

AICPA - American Institute of Certified Public Accountants

AMM & Associados SROC - Alberto Martins Maganhaes Sociedade Revisora Oficial de Contas

AT - Autoridade Tributária

CEAOB - Committee of European Auditing Oversight Bodies

CEOROC - Código de Ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

CLC - Certificação Legal das Contas

COSO - Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission

CSC - Código das Sociedades Comerciais

CVM - Código dos Valores Mobiliários

FEE - Federation des Experts Comptables Européens

GAAS - Generally accepted auditing standards

GAO - Government Accountability Office

GAT - Guias de Aplicação Técnica

IAASB - International Auditing and Assurance Standards Board

IAS – International Accounting Standards

ICAS - Institute of Chartered Accountants of Scotland

IESBA - International Public Sector Accounting Standards Board

IFAC – International Federation of Accountants

IFRS – International Financial Reporting Standards

IPSASB - International Public Sector Accounting Standards Board

IRS IRC - Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares

ISA - International Standards on Auditing

ISQC - International Standards on Quality Control

ISRE - International Standards on Review Engagements

ISRS - International Standards on Related Services

IVA - Imposto do Valor Acrescentado

MDR - Declarações Mensais de Remuneração

NCRF - Normas Contabilísticas e Relatos Financeiros

OROC - Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

PCAOB - Public Company Accounting Oversight Board

RA - Risco de auditoria

RC - Risco de controlo

RD - Risco de deteção

RDM - Risco de distorção material

RI - Risco Inerente

SAS - Statements on Auditing Standards

SNC - Sistema Normativo de Contabilidade

ÍNDICE DE TABELAS E FIGURAS

Figura 1 - Materialidade no contexto de uma auditoria	25
Figura 2 - Asserções	32
Figura 3 - Organograma da entidade	40
Figura 4 - Diferença justificada.....	46
Figura 5 - Procedimento analítico em Clientes	48
Figura 6 - Papel de análise das respostas às circularizações	50
Figura 7 - Teste à gestão comercial.....	51
Figura 8 - Teste aos depósitos à ordem	56
Figura 9 - Opinião não modificada e modificada.....	57
Figura 10 - Controlo de circularização	59
Figura 11 - Teste ao estado e outros entes públicos.....	61
Figura 12 - Teste às retenções de impostos sobre o rendimento	63
Figura 13 - Teste ao E-fatura	66
Figura 14 - Teste ao inventario	67
Figura 15 - Teste à analítico entre compras e vendas.....	67
Figura 16 - Tipos de controlo internos	70
Figura 17 - Teste à financiamento obtidos	72
Figura 18 - Modelo Icif do coso.....	73
Figura 19 - Software SIPTA	93

INTRODUÇÃO

O objetivo do estágio é aplicação prática do conhecimento.

O presente relatório de estágio realizado no âmbito da componente não letiva, do Mestrado em Auditoria Empresarial e Pública do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, foi a modalidade escolhida para a finalização do mestrado.

O presente relatório de estágio visa documentar e analisar as atividades desenvolvidas ao longo do estágio curricular realizado na AMM & Associados SROC durante o período de 10 de Abril a 10 de Outubro 2024. Este relatório é uma parte fundamental do processo formativo, pois permite refletir sobre a prática profissional e consolidar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso.

Ao longo deste estágio, foi possível aplicar de forma prática os conhecimentos teóricos adquiridos nas disciplinas de Auditoria Financeira, Normas internacional de auditoria, Controlo Interno e Auditoria Interna, contribuindo assim para o desenvolvimento de competências essenciais para o exercício da profissão. O estágio proporcionou um contacto direto com o ambiente de trabalho real, permitindo o confronto com desafios concretos e a integração em equipas de trabalho multidisciplinar.

Este relatório justifica-se pela necessidade de relatar o trabalho desenvolvido, bem como pela importância de refletir criticamente sobre as competências adquiridas, as dificuldades enfrentadas e as soluções encontradas. O estágio proporcionou-me a oportunidade de desenvolver habilidades essenciais para a minha integração ao mercado de trabalho, como trabalho em equipa, comunicação assertiva, gestão de tempo e capacidade de resolução de problemas.

O estágio ofereceu-me uma visão realista do trabalho de Auditoria Financeira, dessa forma ajudou-me a confirmar os meus interesses na área em que estou a me formar e adquirir mais informações sobre a minha, mas recente profissão.

Através da sua elaboração, pretende-se não só apresentar uma visão detalhada das atividades realizadas, mas também demonstrar a evolução profissional e pessoal ao longo do estágio.

Além disso, este documento servirá como uma ferramenta de autoavaliação e como evidência do cumprimento dos objetivos estabelecidos no plano de estágio, contribuindo para o processo de avaliação final e a conclusão com êxito do curso de Mestrado de Auditoria Empresarial e Pública.

Este relatório está estruturado em três partes, começando com a componente literária, onde se apresenta a introdução, os objetivos do estágio, o enquadramento teórico e a contextualização da entidade de acolhimento. Segue-se a descrição detalhada das atividades práticas desenvolvidas durante o estágio na área da Auditoria Financeira, destacando as tarefas executadas, os procedimentos aplicados e as metodologias utilizadas.

Posteriormente, é apresentada uma reflexão crítica sobre a experiência de estágio, onde se analisam as competências adquiridas e as aprendizagens obtidas. Por fim, o relatório inclui a conclusão geral, acompanhada dos anexos e documentos de suporte que evidenciam o trabalho realizado ao longo do período de estágio.

1. Enquadramento geral de auditoria

A revisão da literatura representou uma etapa essencial no desenvolvimento deste relatório de estágio, ao permitir compreender melhor o contexto teórico da auditoria financeira e enquadrar as experiências vividas ao longo da prática profissional. Para além de aprofundar os principais conceitos ligados à auditoria, ao controlo interno e às normas aplicáveis à profissão, esta etapa revelou-se importante para identificar perspetivas diversas, lacunas no conhecimento existente e fundamentar as decisões metodológicas tomadas durante o estágio.

A organização da revisão procurou acompanhar a evolução natural da auditoria, desde as suas origens até à consolidação como profissão regulada, com destaque para o papel desempenhado pelas grandes firmas internacionais e pelas normas que orientam o exercício da atividade. Dedicou-se também atenção à ética e à independência, dois pilares essenciais na atuação do auditor, bem como às International Standards on Auditing (ISA), que orientam o trabalho desenvolvido no terreno.

Por outro lado, o contributo da auditoria financeira para as Pequenas e Médias Empresas (PME) portuguesas foi também explorado, com ênfase na forma como esta prática reforça a fiabilidade da informação financeira e promove uma maior transparência nas decisões de gestão. Esta análise permitiu perceber os benefícios concretos que a auditoria pode trazer ao tecido empresarial, especialmente num país onde as PME têm um peso significativo na economia.

Em última análise, esta revisão serviu como alicerce teórico para interpretar e refletir sobre as atividades realizadas durante o estágio. Ao ligar os conhecimentos adquiridos ao longo do percurso académico com a realidade observada no contexto profissional, foi possível desenvolver uma visão mais crítica e integrada da prática da auditoria, valorizando tanto os desafios enfrentados como as competências consolidadas ao longo desta experiência.

1.1 Origem da auditoria.

Segundo Marques (1997, p. 31) “Auditoria teve origem na segunda metade do século XIX na Grã-Bretanha, como resposta a nova necessidade decorrente do desenvolvimento resultante da renovação industrial”.

Como consequência das transformações tecnológica que vinham ocorrendo, a indústria britânica expandiu-se e exigia maiores investimentos. Ou seja, as empresas ganhavam maior dimensão e com a criação das sociedades anônimas, a posse do capital passou para um maior número de proprietários, a quem os gestores periodicamente prestavam contas.

Dada a possibilidade de cada um dos proprietários e acionistas analisarem objetivamente os livros, os registos, as contas das empresas, a situação financeira, os lucros e os prejuízos contabilizados. Designaram auditores para efetuar essa análise em sua representação, com o objetivo de certificarem da existência de erros ou fraudes que prejudicassem os seus interesses. (Marques, 1997).

Anos depois a profissão de auditoria veio a desenvolver-se e aperfeiçoar-se em outros países e em particular nos Estados Unidos da América do Norte e no Canada, em consequência da sua colonização pelos ingleses e da necessidade decorrente do seu

desenvolvimento industrial. Posteriormente foi levado para os países da América Latina por empresas multinacionais Norte-americanas. (Marques, 1997).

Na Europa, com exceção da Grã-Bretanha, Noruega e França o seu aperfeiçoamento e desenvolvimento tem sido inferior comparando com a América do Norte, já nos países Latinos a sua implantação ainda hoje é muito reduzida. (Marques, 1997).

Desta forma, a auditoria feita inicialmente por um perito externo e independente evoluiu-se até a criação de grandes firmas de auditoria americanas e inglesa, que forma abrindo escritórios em diferentes países e alargando o âmbito das suas atividades, que hoje vão muito para além da verificação e apreciação da exatidão dos dados contabilísticos. (Marques 1997).

Atualmente, as conceituadas big for que são: Artur Andersen, Coopers & Lybrand, Eerst & Young e a Price Waterhouse prestam geralmente serviços nas áreas de auditoria, consultoria de gestão, assessoria fiscal, assessoria em sistema de informação e nalguns casos até mesmo na área de formação profissional. (Marques, 1997).

1.2 Conceito da auditoria financeira.

De acordo com Almeida (2022), auditoria financeira é um processo objetivo e sistemático, efetuado por um terceiro independente de obtenção e avaliação de prova em relação as asserções sobre ações e eventos económicos, para verificar o grau de correspondência entre essas asserções e os critérios estabelecidos, comunicando os resultados aos utilizadores da informação financeira. Ou seja, verificar e validar a fededignidade, exatidão e conformidade da (DF) de uma entidade, desta forma assegura que estas refletem de forma verdadeiras e adequadas, a sua situação económicas e financeira, estando em conformidade com os principios contabilisticos e normativos em vigores.

Segundo Almeida,(2022 P. 3), “o objetivo da auditoria financeira é o processo de recolha de prova para testar as asserções efetuada pelo órgão de gestão, contida nas demonstrações financeiras, com vista à avaliação das mesmas tendo por base as normas contabilísticas e outros referencias, comunicando as suas conclusões aos utilizadores da informação financeira”.

Três conceitos chaves da auditoria financeira: recolha de prova, avaliação das asserções e a comunicação dos resultados. (Almeida, 2022)

- O auditor recolhe provas sobre o correto funcionamento dos processos do cliente, sobre a apresentação e divulgação da demonstração financeira e sobre a razoabilidade dos saldos e das transações. Toda via o auditor é um investidor, um avaliador da qualidade da prova recolhida e um analista da suficiente e da persuasão dessa prova, o auditor efetua o seu trabalho com imparcialidade.
- Por asserção entende-se uma afirmação, de forma explícita ou não sobre uma ação, isso é acontecimento, condição ou performance relativa a um determinado período. Quando o órgão de gestão prepara as demonstrações financeiras afirma que as mesmas estão apresentadas corretamente de acordos com as normas contabilísticas aplicáveis. No entanto não é de todo incomum, os auditores depararem-se com situações em que a aplicação dos princípios contabilísticos geralmente aceites não refletem a realidade econômica da empresa, ou seja, é a sua derrogação que permite à empresa apresentar uma imagem mais adequada.
- Por exemplo, durante a realização de uma auditoria o auditor testa as asserções do órgão de gestão. Quer isso dizer quando o balanço da entidade evidencia um saldo de ativos fixos tangíveis de 52.881.779, o que está o órgão de gestão a informar? Está a informar que o ativo tangível existe que tem direitos sobre ele, que a sua totalidade esta evidenciada nas (DF), que está corretamente valorizada e que o saldo demonstrado apenas diz respeito a este tipo de ativo. Assim, o auditor deve recolher provas para cada uma dessas afirmações.
- Na comunicação das conclusões do seu trabalho ao órgão de gestão e a quaisquer terceiros interessados nas demonstrações financeiras é o culminar do processo de auditoria. Para minimizar os riscos de interpretações errôneas, entretanto os auditores seguem um modelo padronizado de relatório no qual estão descritas as responsabilidades do órgão de gestão, as responsabilidades do auditor, o âmbito do seu trabalho e as conclusões a que chegou.

Tem ainda outro objetivo que conforme Guedes (2020) menciona, a auditoria financeira serve também para aumentar o grau de confiança dos utentes, uma vez que consiste numa avaliação realizada segundo critérios definidos e realizada por profissionais independentes, ou seja, externos à entidade auditada.

Almeida (2022.), refere que os auditores recolhem provas para determinar se as demonstrações financeiras foram preparadas de acordos com normas contabilísticas, emitindo um relatório que é disponibilizado ao órgão de gestão e aos terceiros interessados. Assim o auditor adiciona valores às demonstrações financeiras (DF), atendendo a que:

- Obtém provas sobre a adequada apresentação das demonstrações financeiras à luz das normas contabilísticas;
- É independente em relação ao órgão de gestão e aos terceiros;
- Tem conhecimento sobre os riscos subjacentes à atividade da empresa.

O International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB) através da Internationale Standards on Auditing (ISA) 200, do IFAC – Objetivos Gerais do Auditor Independente e Condução de uma Auditoria de Acordo com as Normas Internacionais de Auditoria estabelece que os objetivos gerais da auditoria consistam em obter uma garantia razoável de fiabilidade sobre as demonstrações financeiras como um todo. Nomeadamente ainda descreve que os objetivos globais do auditor são:

- Obtenção de segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo, isentas de distorções materiais, seja devido a fraude ou erro, permitindo ao auditor expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras elaboradas em todos os materiais, de acordo com o normativo de relato financeiro aplicável; e reportar sobre as demonstrações financeiras, conforme exigido pelas ISA, do Ifac, de acordo com as conclusões.

1.3 O contributo da auditoria financeira para as PME Portuguesa

O SNC define PME de acordo com o estabelecido na Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativamente às

demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios coesos de certas formas de empresas. No SNC, as PME em Portugal são definidas com base em critérios quantitativos estabelecidos pela legislação da União Europeia. Estes critérios incluem o número de trabalhadores, o volume de negócios e o total do balanço.

De acordo com o anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, a categoria das médias empresas é constituída por empresas que empregam menos de 250 efetivos, e cujo volume de negócios anual não excede 50 milhões de euros ou cujo balanço total anual não excede 43 milhões de euros.

Na categoria das PME, uma pequena empresa é definida como uma empresa que emprega menos de 50 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 10 milhões de euros.

Na categoria das PME, uma microempresa é definida como uma empresa que emprega menos de 10 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede dois milhões de euros. (Segundo o site de IAPMEI)

De acordo com (INE), em 2023, as PME registaram um crescimento de 4,9% no volume de negócios, superando o aumento de 1,1% observado nas grandes empresas.

Segundo o (IAPMEI), em 2023, distinguiram-se 11.368 empresas com o estatuto de PME Líder, com base na sua solidez e no seu desempenho económico-financeiro. Estas empresas registaram um volume de negócios superior a 54 mil milhões de euros, exportações no valor de 10 mil milhões de euros e são responsáveis por mais de 372 mil postos de trabalho.

As PMEs em Portugal precisam cumprir diversos regulamentos fiscais e contabilísticos, e a auditoria financeira é um mecanismo que assegura essa conformidade. Segundo Rodrigues (2018), a auditoria ajuda a empresa a seguir corretamente as normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS) e o Código das Sociedades Comerciais, prevenindo penalidades e reforçando a legalidade das operações.

Demonstrações financeiras auditadas proporcionam mais credibilidade às PME perante investidores, bancos e outros stakeholders. Isso é importante para obter melhores condições

de financiamento e expandir a empresa. Pereira (2021) destaca que a auditoria financeira aumenta a confiança externa, facilitando o acesso a crédito e atraindo potenciais investidores.

A auditoria financeira também ajuda a identificar fraquezas nos controlos internos das PME, impulsionando uma melhor gestão financeira. Segundo Cunha e Mota (2020), o processo de auditoria permite às empresas monitorizar e melhorar a eficiência das operações financeiras, além de prevenir fraudes e erros contábilísticos.

Empresas que têm suas contas auditadas geralmente têm mais facilidade para negociar crédito com instituições bancárias, pois essas entidades têm mais segurança quanto à solidez financeira da empresa. Almeida e Tavares (2019) argumentam que o relatório de auditoria é uma ferramenta fundamental para facilitar a obtenção de financiamento externo, essencial para o crescimento sustentável das PME.

Portanto a auditoria financeira fornece informações precisas que ajudam os gestores a tomar decisões mais informadas, baseadas em dados confiáveis. Silva (2020) defende que as informações auditadas permitem aos gestores identificar áreas de melhoria e aperfeiçoar os recursos, contribuindo para a competitividade da empresa.

1.4 Tipos de auditoria

Segundo Morais & Martins (2013, p. 20,21) “A Auditoria pode ser classificada atendendo a diferentes critérios”:

Quanto ao conteúdo e fins. Neste critério incluem-se uma vasta gama de auditorias, financeiras e não financeiras, tendo estas últimas, registados um maior desenvolvimento e diversificação, dependendo do seu objetivo. São exemplos de auditoria financeira ou tradicionais, as auditorias das demonstrações financeiras. Quanto às auditorias não financeiras, as de conformidade e as operacionais. (Morais & Martins 2013)

- Auditoria das demonstrações financeiras - Ela consiste num exame às demonstrações financeiras com o objetivo de expressar uma opinião sobre a conformidade, ou não, de acordo com os critérios pré-estabelecidos, os princípios

contabilísticos geralmente e aceites e as normas de contabilidade. Estes resultados da auditoria são comunicados a uma vasta gama de utilizadores.

- Auditoria de conformidade - É a verificação do cumprimento pela entidade auditada, das condições, regras e regulamentos, especificados por diversas fontes. Internas ou externas. Os resultados deste tipo de auditoria são geralmente comunicados à autoridade que estabeleceu os critérios a cumprir.
- Auditoria operacional – consiste numa revisão sistemática das áreas operacionais das entidades, com o objetivo de avaliar a economia, eficiência e eficácia das atividades ou operação. Os resultados de uma auditoria deste tipo são comunicados somente à entidade que a solicitou.
- Auditoria de gestão – consiste na avaliação do desempenho da entidade e o desempenho dos gestores.
- Auditoria estratégica – consiste na avaliação da conformidade das decisões com as políticas estratégicas previamente estabelecidas.
- Auditoria externa – é auditoria efetuada por profissionais externos não subordinados à entidade, e designado por auditoria ocasional.
- Auditoria interna – é efetuada por quadros da entidade ou não, normalmente organizados num departamento, subordinados à autoridade máxima, e são sempre auditoria permanente.

1.4.1 Inter-relação da auditoria interna com a auditoria externa

Segundo Silva e Helena (2013), A auditoria interna pode tornar-se uma ferramenta muito útil para a auditoria externa uma vez que ao optar por utilizar o trabalho que o auditor interno desenvolve ao longo do ano, o auditor externo poderá efetuar um bom aproveitamento do conhecimento que aquele possui da empresa em questão, reduzir a realização de determinados procedimentos de auditoria, assim como, o tempo dispendido.

Wittington e Winters (1990) afirmaram que os auditores internos podem proporcionar prova de auditoria relativamente a várias contas do balanço ou classes de transações e à eficácia operacional das políticas e procedimentos de controlo da empresa.

Schneider (2009) afirmou que ao confiarem no trabalho da auditoria interna os auditores externos podem evitar a duplicação de determinados procedimentos de auditoria além de que os auditores internos apresentam um maior conhecimento do negócio, dos procedimentos e das políticas da empresa auditada. Contudo, de acordo com o autor os auditores externos devem manter a postura de independência que lhes é exigida.

Os auditores externos devem, de facto, preservar a sua independência e efetuar uma adequada avaliação do trabalho do auditor interno que lhes permita decidir sobre a utilização, ou não.

De acordo com a ISA 610, do IFAC no seu paragrafo 11, “estabelece que para que possam utilizar o trabalho desenvolvido pelos auditores internos, os auditores externos, devem avalia-lo e realizar procedimentos com o objetivo de determinarem o seu nível de adequação”. Dando sequencia na mesma ISA 610, do IFAC no seu paragrafo 12, “estabelece ainda que para avaliar o nível de adequação do trabalho do auditor interno, deve verificar a competência e formação técnica dos auditores internos, se o trabalho foi corretamente supervisionado, revisto e documentado, se foram obtidas provas adequadas que proporcionem conclusões razoáveis, se as conclusões estão adequadas e os relatórios elaborados estão consistentes com o trabalho formulado e se determinadas matérias não usuais são devidamente resolvidas”.

Deste modo, e tal como mencionado por Wood (2004, p. 2), auditores internos e externos têm forças diferentes que se combinam para aumentar a eficácia das auditorias. A combinação destes dois tipos de auditoria pode de facto permitir uma melhoria na eficácia da auditoria externa, mas para que essa combinação resulte é necessário que o auditor externo tenha a percepção (após as devidas avaliações) de que o departamento de auditoria interna é credível, competente, objetivo, devidamente qualificado e que haja uma boa coordenação entre os auditores externos e os auditores internos o que nem sempre é possível, para as mesmas materias.

1.5 Normas de auditoria Financeira

Segundo Almeida (2022, p, 75). “Entende-se por normas de auditoria as regras de natureza técnica que os auditores devem observar nos exames às demonstrações financeiras de uma organização por forma a que nível qualitativo do seu trabalho possa ser conhecidas no mínimo como satisfatório, ou seja, ajudam a assegurar que as auditorias financeiras são conduzidas de uma maneira minuciosa e sistemática de modo a que o auditor possa chegar a conclusões fiáveis”.

As normas de auditoria são de aplicação obrigatória e devem ser seguidas em todas as auditorias financeiras, independentemente da dimensão, do tipo da forma e da finalidade da empresa.

É sabido por todos os profissionais de auditoria, Almeida (2022), a importância das normas que se reflete em todos os intervenientes no processo de uma auditoria, a saber:

- Na perspectiva dos profissionais são importantes no que toca à defesa da competência e diligência, bem como no esforço da sua reputação profissional. O não cumprimento das normas de auditoria pode resultar em inquéritos do organismo que tutela a profissão de auditoria e em eventuais sanções disciplinares;
- Na ótica dos utilizadores da informação auditada são utilizadas como proteção, mesmo que não absoluta, dos seus interesses;
- Para as sociedades em geral as normas de auditoria são vistas como um instrumento de difusão do conhecimento atualizado da auditoria, contribuindo para a redução das diferenças de expectativas em auditoria.

1.6 Evolução histórica dos normativos de auditoria

Segundo a Revista Maior Contábil (2023). As normas de auditoria são diretrizes e procedimentos estabelecidos para orientar os auditores na condução de suas atividades de auditoria. Elas garantem que as auditorias sejam realizadas de maneira consistente, sistemática e profissional, assegurando a qualidade e a credibilidade dos relatórios de

auditoria. As normas de auditoria são emitidas por organizações profissionais de auditoria e contabilidade e podem variar ligeiramente dependendo da jurisdição.

Os profissionais de contabilidade e auditoria sentiram a necessidade de se organizarem, através da implantação de regras contabilísticas e de medidas de controlo interno, bem como a implementação e avaliação de procedimentos. Esta nova tendência levou a que em 1854 fosse criada a Society of Accountants in Edinburgh, que passado, sensivelmente um século (1951), deu origem ao Institute of Chartered Accountants of Scotland (ICAS), “primeiro organismo profissional de contabilistas e auditores a nível mundial.”, Costa (2010, p. 55).

“Assim, em 1887 foi criado o American Institute of Accountants, o qual em 1917, publicou os primeiros documentos técnicos sobre auditoria.”, Costa (2010, p., 56). “Estas normas foram a pedido do Federal Trade Commission, apresentadas pelo American Institute of Accountants (AIA) em forma de memorandu sobre auditorias de balanços.”

A AIA está na origem do atual American Institute of Certified Public Accountants (AICPA), sendo que foi este organismo que, em 1948, publicou as GAAS - generally accepted auditing Standards, ou seja, as normas de auditoria geralmente aceites. Estas são compostas por 10 normas, divididas em três grandes grupos: Normas Gerais; Normas relativas ao trabalho de campo; Normas para a elaboração de relatórios. Desde 1939 que o Auditing Standards Board do AICPA tem vindo a emitir as Statements on Auditing Standards (SAS). Costa (2010, p. 61), explica que “tais documentos refere-se a procedimentos de auditoria a seguir em assuntos específicos embora não limitando o julgamento profissional do auditor...”, situação que poderá levar o auditor a executar procedimentos adicionais aos definidos pelas SAS.

A nível europeu, a Union Européenne des Experts Comptables Economiques et Financiers (UEC), criada em 1951, também estabeleceu algumas normas de auditoria que visavam uma maior padronização Europeia. Em 1986, conjuntamente com o Group d’Études de La CEE, foi sucedida pela Fédération des Experts Comptables Européens (FEE).

Até se dissipar em 1986, a UEC, através do seu Auditing Statement Board, criado em 1976, emitiu 20 normas, conhecidas como auditing statements. Por seu lado, “ a FEE nunca emitiu qualquer norma de auditoria, por considerar que tal não se justifica face à existência das normas internacionais de auditoria da IFAC...”, Costa (2010, p. 65) .

A 7 de outubro de 1977, deu-se um importante passo no que à regulamentação da auditoria a nível internacional diz respeito. Aquando da realização do 11.º Congresso Mundial de Contabilistas de Munique foi constituída a International Federation of Accountants (IFAC), que é uma organização internacional independente que desenvolve e emite normas relacionadas com ética, auditoria, educação e relato financeiro. A fim de desenvolver e emitir normas de auditoria, a IFAC estabeleceu uma série de conselhos e comités para desenvolver normas e orientações internacionais que se concentram em setores específicos da profissão, de onde se destacam: o International Evolução da regulamentação da Auditing and Assurance Standards Board (IAASB), o International Accounting Education Standards Board (IAESB), o International Ethics Standards Board for Accountants (IESBA) e o International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB)⁴ . Estas comissões seguem um processo rigoroso que sustenta o desenvolvimento de normas de interesse público de alta qualidade de forma transparente, eficiente e eficaz.

Almeida (2014, p. 66) “refere que as normas internacionais emitidas por este organismo (IAASB) são designadas de International Statements on Auditing (ISA), no entanto estas não têm uma autoridade legal a não ser que sejam adotadas pela legislação de cada país”.

Costa (2010) e Almeida (2014) fazem ainda notar que, além das ISA, o IAASB emite também as International Standards on Review Engagements (ISRE) que se aplicam a exames simplificados, as International Standards on Assurance Engagements (ISAE) relacionadas com os trabalhos de garantia de fiabilidade, as International Standards on Related Services (ISRS) que se aplica a trabalhos em que se realizam procedimentos acordados com a empresa, e as International Standards on Quality Control (ISQC) que se aplicam a todos os serviços realizados por todas as entidades fornecedoras de serviços de auditoria, apresentando-se como um padrão a ser respeitado na preparação das demonstrações financeiras.

O AIA está na origem do atual American Institute of Certified Public Accountants (AICPA), sendo que foi este organismo que, em 1948, publicou as GAAS - generally accepted auditing standards, ou seja, as normas de auditoria geralmente aceites. Estas são compostas por 10 normas, divididas em três grandes grupos: Normas Gerais; Normas relativas ao trabalho de campo; Normas para a elaboração de relatórios.

Desde 1939 que o Auditing Standards Board do AICPA tem vindo a emitir as Statements on Auditing Standards (SAS). Costa (2010, p. 61), explica que “os documentos se referem a procedimentos de auditoria a seguir em assuntos específicos embora não limitando o julgamento profissional do auditor”, situação que poderá levar o auditor a executar procedimentos adicionais aos definidos pelas SAS.

A lei SOA, de 2002, é composta por 11 Capítulos e 66 Secções, que definem regras para o estrito cumprimento nas organizações – nacionais ou estrangeiras – que possuam ações na Bolsa de Valores de Nova Iorque. Para a auditoria, de acordo com Fernandes (2010), as principais medidas desta lei foram: a criação do Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB); a proibição de acumulação de serviços de auditoria e contabilidade por parte das firmas de auditoria; o reforço da importância do sistema de controlo e o reforço dos comités de auditoria.

Até 2003 o AICPA... era o organismo responsável pela emissão de normas de auditoria nos Estados Unidos, Almeida (2014,), mas com a criação do PCAOB e a aplicação obrigatória das suas normas às empresas de auditoria que auditem empresas emittentes de valores imobiliários nos Estados Unidos, esse papel passou a ser realizado pelo PCAOB, sendo as suas normas posteriormente aprovadas pela SEC.

Como refere Costa (2010, p. 63). “desde 14 de maio de 2004, os relatórios de auditoria às demonstrações financeiras das empresas acima mencionadas, emitidos nos Estados Unidos da América, deixaram de fazer referência às “normas de auditoria geralmente aceites” e passaram a fazer referência às ‘normas de auditoria do PCAOB’”.

Segundo Almeida (2022, p. 77), “Posteriormente o PCAOB adotou as normas de auditoria (interim standards-AU) que foram aprovadas pelo ASB. Em Maio de 2015 o PCAOB adotou

alterações que reorganizaram as normas de auditoria, tendo estas alterações sido aprovadas em setembro de 2015 pela SEC, sendo aplicáveis após 31 de dezembro de 2016” .

1.7 Ética, deontológica profissional e independência do auditor financeiro.

A palavra ética é proveniente da palavra *ethos* que é de origem grega e significa “caráter moral” e está associada a um conjunto de valores que orientam o comportamento do ser humano numa sociedade (Machado, 2021).

A ética pode ser entendida por valores como segurança, confiabilidade e respeito. Estas características podem ajudar a construir ou destruir a imagem das organizações (Machado, 2021).

Segundo Almeida (2022, p. 100), “ética é o conjunto de princípios e valores morais que tutelam as ações e decisões de uma pessoa. Segundo o mesmo autor, a importância de uma conduta ética por parte do auditor deriva do reconhecimento que a sociedade tem em relação à profissão, em virtude das suas características: responsabilidade social, complexidade das matérias abordadas, exigência para a admissão à profissão e necessidade da confiança da sociedade”. A adoção de uma postura ética, deontológica, assim como a íntegra independência por parte do auditor deverá ser verificada no decorrer de todo o trabalho de auditoria, com algum destaque para a fase do planeamento, na medida em que esta fase será o ponto de partida para a execução do trabalho.

Costa (2017, p. 171), Defende que a ética é “a ciência do dever ser, o que implica a existência de valores, os quais, sendo atribuições feitas pelo espírito humano, são elementos essenciais da ética”. No que respeita à deontologia, esta é a ciência do dever, tendo, portanto, a ver com as regras de qualquer atividade profissional. “As circunstâncias em que os auditores desenvolvem a sua atividade podem criar ameaças específicas ao cumprimento dos princípios éticos fundamentais.” (CEOROC) No desenvolvimento da sua atividade, o auditor poderá defrontar-se com dilemas éticos.

Para Almeida (2022), um dilema ético corresponde à decisão que qualquer pessoa enfrenta quando tem de ser efetuado um juízo sobre um comportamento a ter. Um exemplo de um

dilema ético respeita à indecisão de emitir ou não um relatório com reservas, tendo a noção de que se o fizer corre o risco de perder o cliente.

Em Portugal, o código que regula a conduta ética dos auditores é o Código de Ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (CEOROC), baseado no Código de Ética do International Ethics Standards Board for Accountants (IESBA). Em vigor desde 1 de janeiro de 2012, o CEOROC estabelece que: “No exercício das suas funções de interesse público, os auditores devem: Garantir a integridade, transparência, confiança, responsabilidade.

A profissão de auditor é caracterizada por palavras como independência, credibilidade, integridade, transparência, confiança e responsabilidade. Desta forma, o auditor deve reger-se por normas de conduta ética, que o conduzam a um comportamento profissional. Isto é, a manter uma postura pautada pelo cumprimento de normas e valores, que o motivem a garantir que o seu cliente recebe serviços profissionais competentes, sem nunca provocar qualquer ação que desacredite a profissão.

A OROC tem atualmente implementado o Código de Ética (CEOROC), sendo o mesmo baseado no Código de Ética da IFAC, por forma a certificar-se que os auditores se regem pelos mesmos princípios e valores. Estes devem assegurar uma conduta pessoal e profissional por forma a prestigiar a profissão e os próprios.

O auditor, aquando da execução da auditoria, não deve nunca, esquecer-se do princípio da independência. O Código de Ética da IFAC, no que se refere a este princípio, afirma que o ROC deve exercer a sua atividade com absoluta independência, profissionalismo, à margem de qualquer pressão, especialmente a resultante dos seus próprios interesses ou de influências exteriores, por forma a não se ver colocado numa posição que, objetiva ou subjetivamente, possa diminuir a liberdade e capacidade de formular uma opinião justa e isenta.

Na fase de planeamento de uma auditoria, o auditor responsável deve garantir a independência, conforme exige a ISQC 1-Controlo de Qualidade para Firms que Executem Auditorias e Revisões de Demonstrações Financeiras e Outros Trabalhos de

Fiabilidade e Serviços Relacionados. O auditor deve sempre no início de cada auditoria, durante esta fase, avaliar qualquer ameaça à independência e identificar as respetivas salvaguardas.

2. CONTROLO INTERNO

Segundo Morais e Martins (2013, p. 27), “Controlo é qualquer ação empreendida pela gestão, pelo conselho e outras entidades para apertear a gestão do risco e melhorar a possibilidade do alcance dos objetivos e metas da entidade. A gestão planeia, organiza e dirige o desempenho de ações suficientes para assegurar com razoabilidade que os objetivos e metas serão alcançados”.

De acordo com o Crepaldi (2008), o Controlo interno é o conjunto de medidas de caráter administrativo, contábilístico e operacional, implantadas com o objetivo de proteger os ativos da empresa, garantir a veracidade dos dados contábilísticos e promover a eficiência operacional.

Segundo Almeida (2022, p. 481), “um dos aspetos fundamentais do controlo interno nesta área começa com uma adequada segregação de funções em relação à aprovação da venda, contabilização, cobrança e custódia dos títulos de crédito. Assim, a aprovação dos créditos, a definição dos preços e o controlo do envio da mercadoria para os clientes não deverão ser efetuados por pessoas da contabilidade, bem como as pessoas responsáveis pela reconciliação das contas com os clientes não deverão ter a seu cargo a receção dos cheques de clientes. Deverá ser igualmente solicitado que os cheques enviados pelos clientes sejam nominativos e cruzados”.

2.1 Conceito de controlo interno

Segundo Morais e Martins (2013, p. 27), o primeiro organismo a definir o controlo interno foi o American Institute of Certified Public Accountants (AICPA), em 1934, considerando que “o controlo interno compreende um plano de organização e coordenação de todos os métodos e medidas adotadas num negócio a fim de garantir a salvaguarda de ativos,

verificar a adequação e confiabilidade dos dados estatísticos, promover a eficiência operacional e encorajar a adesão às políticas estabelecidas pela gestão”.

O conceito de Controlo Interno abrange uma ampla gama de conceitos e tem sido definido de várias maneiras ao longo do tempo. Suárez (1990) define, Controlo Interno, como o conjunto de elementos materiais e humanos interrelacionados com vista a assegurar a veracidade da informação, a qual serve de suporte à tomada de decisões que dão conteúdo à política da empresa e assegurar que a política empresarial desenhada pela direção é executada corretamente pelos diferentes departamentos e nos distintos níveis hierárquicos da entidade.

A nível internacional, o Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO) define o controlo interno como um processo, implementado pela direção de uma entidade, gestores e outro pessoal relevante, desenhado para proporcionar segurança razoável em relação ao alcance dos objetivos relacionados com as operações, reporte e conformidade com as leis e regulamentos (COSO, 2013).

Segundo a entidade, a definição apresentada reflete conceitos fundamentais. O controlo interno é:

- Desenhado para o alcance de objetivos em uma ou mais áreas;
- Um processo que consiste em tarefas e atividades em curso (um meio para um fim e não o fim por si dito);
- Posto em prática por pessoas (não se trata apenas de normas e manuais, mas sim de pessoas e das ações tomadas por elas a cada nível da organização);
- Capaz de fornecer segurança razoável;
- Adaptável à estrutura da organização (flexível face a cada departamento, localização ou unidade operacional).

Segundo Carmichael et al (1996), o propósito da estrutura de Controlo Interno é prevenir ou detectar erros ou irregularidades, mas a prevenção ou deteção absoluta seria muito dispendiosa e, provavelmente, impossível de aplicar. Nesse sentido, o Controlo Interno

passa pela definição de políticas e procedimentos que visam fornecer uma razoável segurança no cumprimento dos objetivos de uma entidade.

Por outro lado, Inacio (2014 p. 23), afirma que “o controlo interno esteve desde as suas origens associada à detenção prevenção de fraudes. É do conhecimento que a existência de determinados controlo diminui a oportunidade de ocorrência de erros ou de apropriação indevida de bens e valores. Por outra perspectiva, a existência de determinados procedimentos de controlo aumenta a fiabilidade da informação financeira”.

No mesmo sentido se pronunciou Barata (1999), ao defender que o Controlo Interno engloba o plano da organização e todos os métodos e medidas coordenados e adotados por uma empresa para salvaguardar os seus bens, comprovar a eficiência e veracidade dos dados contabilísticos; promover a eficiência, operacionalidade e estimular a adesão aos métodos prescritos pela administração.

Para Pinto (2004), o Controlo Interno corresponde ao plano da organização e dos métodos e medidas adotadas com vista a salvaguardar os ativos, a verificar a exatidão e a fidedignidade dos dados contabilísticos, a promover a eficácia operacional e a estimular o cumprimento das políticas prescritas pelos gestores.

O controlo interno é um processo concebido, implementado e mantido pela gerencia / administração e por outro lado pessoal para proporcionar segurança razoável acerca da consecução dos objetivos de uma entidade com respeito a:

- Fiabilidade do relato financeiro;
- Eficácia e eficiência das operações;
- Conformidade com leis e regulamentos aplicáveis; (COSO 1992).

Em Portugal, o normativo aplicado tem por base o normativo internacional, sendo que a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) tem vindo a adotar a definição prevista na ISA 315, do Ifac a qual enfatiza os controlos associados às demonstrações financeiras. Assim, a definição apresentada é: “processo concebido”, implementado e mantido pelos encarregados de governação, gerência e outro pessoal para proporcionar segurança razoável acerca da consecução dos objetivos de uma entidade com respeito à fiabilidade do relato

financeiro, eficácia e eficiência das operações e cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis (IFAC, 2015).

Em suma, o controlo interno é geralmente definido como um conjunto de processos, políticas e procedimentos definidos pelo órgão de gestão com o objetivo de assegurar a fiabilidade do relato financeiro e a preparação de demonstrações financeiras de acordo

2.2 Modelo ICIF- Internal Control – Integrated Framework do COSO

A nível internacional, um dos modelos mais utilizados na avaliação da eficiência do controlo interno é o Internal Control – Integrated Framework, publicado pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), o qual tem subjacente as International Standards on Audit (ISA), do International Accounting Standards Board (IAASB).

O modelo surge da necessidade de encontrar um conceito abrangente de controlo interno, sendo publicado na sua versão inicial em 1992 como um modelo estrutural de controlo interno que inclui ferramentas de avaliação do mesmo passível de utilização pelas organizações e outras entidades com interesse. A versão inicial do modelo foi sujeita a alterações ao longo dos anos, das quais se destaca a publicada em 2013 que introduz um conjunto de 17 princípios que representam os conceitos essenciais de cada componente do modelo (Graham, 2015).

Para os membros de gestão e direção, o modelo apresenta meios de aplicação do controlo interno a cada tipo de organização, independentemente da sua dimensão, estrutura ou negócio. A sua abordagem baseada em princípios permite flexibilidade e oportunidade de julgamento na conceção, implementação e monitorização dos mesmos, uma vez que apresenta os requisitos principais associados a um sistema de controlo eficaz.

Fornece ainda meios para a identificação e análise de riscos, bem como para o desenvolvimento de estratégias de resposta a estes riscos, com foco nas medidas anti-fraude (COSO 2013).

Para entidades externas (stakeholders e outros que interagem direta ou indiretamente com a organização), a aplicação do modelo Icf do COSO transmite confiança na posição da administração face aos controlos da entidade e alcance dos objetivos corporativos, bem como na capacidade de os riscos existentes serem devidamente identificados, analisados e corrigidos. Traduz-se ainda num meio de compreensão dos requisitos de um sistema de controlo eficaz.

Os objetivos da estrutura encontram-se repartidos em três categorias que permitem abordar as diferentes vertentes do controlo interno (COSO, 2013):

- Objetivos operacionais – relacionados com a eficiência e eficácia das operações, incluindo os objetivos financeiros e operacionais e a salvaguarda dos ativos;
- Objetivos de reporte – concordância com as obrigações de reporte (interno e externo), assegurando fiabilidade, tempestividade e transparência nos mesmos;
- Objetivos de conformidade – com as leis e regulamentos aos quais a entidade está sujeita.

O modelo Icf do COSO define o controlo interno como um sistema composto por cinco elementos interdependentes: o ambiente de controlo, a avaliação do risco, as atividades de controlo, a informação e comunicação e a monitorização. Estes componentes trabalham de forma integrada para assegurar a eficácia do controlo interno dentro de uma organização.

Segundo Inácio (2014), A primeira componente é o ambiente de controlo, uma estrutura de padrões e processos que asseguram a base para transmitir o controlo interno através dos vários patamares da organização. Nos níveis superiores, a direção estabelece a sua visão acerca do controlo, a qual é transmitida aos vários níveis da organização pelos responsáveis de gestão. O ambiente de controlo compreende a integridade e valores éticos da organização; a estrutura da organização na atribuição de níveis de autoridade e responsabilidade; o processo de atrair, desenvolver e reter competências individuais, bem como os padrões de desempenho esperados.

As principais limitações de um sistema de controlo interno estão geralmente relacionadas com os fatores associados ao ambiente de controlo. Estas limitações decorrem da

componente humana da organização, que desempenha um papel crucial no funcionamento e desenvolvimento de todas as operações. (Inácio 2014).

Todas as entidades estão sujeitas a uma ampla variedade de riscos, originados por fatores internos e externos. Neste contexto, o risco pode ser entendido como a possibilidade de um evento adverso que comprometa a concretização dos objetivos estabelecidos.

Desta forma, A avaliação do risco é um processo contínuo que consiste em identificar os riscos que podem influenciar a concretização dos objetivos, abrangendo todos os departamentos e funções da entidade. A sua relevância é ponderada em função do nível de tolerância ao risco. Este processo serve como fundamento para definir as estratégias a adotar na gestão dos riscos identificados. (Inácio 2014)

No que respeita às atividades de controlo, estas incluem todas as políticas e procedimentos que ajudam a assegurar que as diretivas da gestão estão a ser cumpridas (Loughran, 2010). As atividades de controlo são desenvolvidas nos vários níveis da organização, nas várias etapas dos processos e nos próprios sistemas de informação. Estas podem ser de natureza preventiva ou detetiva e englobam um conjunto de processos manuais ou automatizados como é o caso de autorizações, reconciliações e avaliações de desempenho. A segregação de funções é normalmente aplicada na seleção e desenvolvimento de atividades de controlo sendo que, onde esta não é praticável, são desenvolvidas atividades de controlo alternativas.

Por último, em conjunto com as outras componentes, destacam-se as atividades de monitorização, que têm como objetivo assegurar que todas as partes do controlo interno estão implementadas e operam de forma adequada (COSO 2013). Esta monitorização pode ser realizada de forma contínua, periódica ou através de uma combinação de ambas, dependendo da área analisada e do nível de risco definido pela gestão. Quaisquer deficiências identificadas são avaliadas face aos padrões estabelecidos e comunicadas à gestão

Existe uma relação direta entre os objetivos, que são o que a entidade se esforça para atingir, as componentes do controlo, que são os requisitos para atingir os objetivos, e a

estrutura organizacional, que inclui as unidades operacionais ou departamentos Inácio, (2014).

Esta relação é apresentada pelo modelo ICIF do COSO na forma de um cubo, conforme apresentado na figura 1, onde as três categorias de objetivos são apresentadas pelas colunas, as cinco componentes pelas filas e a estrutura orgânica da entidade pela terceira dimensão.

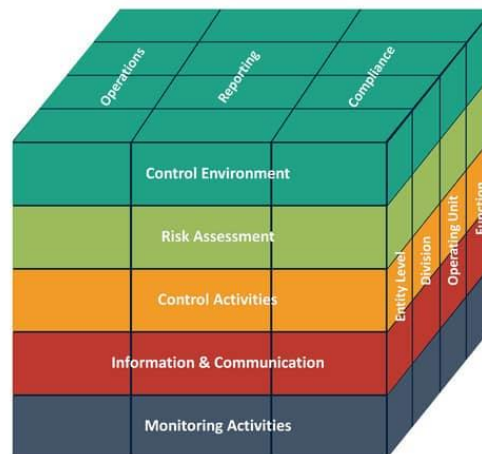


Figura 1 Cubo COSO

Fonte: Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO) – www.coso.org

O modelo estabelece 17 princípios que representam os conceitos fundamentais associados a cada componente. Cada princípio foi construído a partir da componente a que respeita, sendo aplicável a cada um dos objetivos organizacionais. Estes princípios são os apresentados na tabela abaixo.

2.3 Tipos de controlo interno

Morais e Martins (2013 p; 32) considera que um Sistema de Controlo Interno deve incluir os controlos adequados, sendo assim classificados como ilustra a tabela 2.

Figura 2 Tipos de controlo interno

Fonte: Elaboração própria

Tipos de controlo interno	Definição dos tipos de controlo
Preventivos	São controlos à priori, que entram em ação imediatamente de modo a impedir factos indesejáveis ocorram, como por exemplo, obter lista de fornecedores aprovada ou obrigação a duas assinaturas.
Detetivos	São utilizados para detectar ou corrigir factos indesejáveis que já tenham acontecido, ou seja, são controlos à posteriori, como por exemplo, a elaboração de reconciliação bancária ou realização de inventários físicos.
Orientativos	Servem para encorajar e estimular que os factos desejáveis se concretizem, como por exemplo, realização de diversos relatórios associados a atrasos de cobranças de dívidas ou de atraso no pagamento a fornecedores.
Corretivos	São controlos de modo a retificar problemas identificados, como por exemplo, a criação de regulamentos internos na organização ou a criação de instruções para os documentos em circulação na organização.
Compensatórios	São controlos com intuito de compensar eventuais pontos fracos existentes de controlo noutros departamentos da organização, como por exemplo, confronto do valor das entradas em armazém com a conciliação da conta de compras efetuada pela contabilidade.

A organização do Controlo Interno, segundo o Tribunal de contas (2016), varia em função de fatores como a dimensão e a natureza da entidade, o número de unidades operacionais e a sua dispersão geográfica ou distribuição espacial.

Segundo Pinheiro (2014), e tendo por base a estrutura do American Institute of Certified Public Accountants (AICPA), existem dois grandes tipos de Controlo Interno os controlos administrativos e os controlos Contabilísticos.

“Os primeiros estão associados a todas as operações da empresa, visando garantir que a gestão assume a responsabilidade do Controlo Interno para atingir os objetivos estratégicos da empresa”. Pinheiro (2014, p. 122).

Por outro lado, segundo o mesmo autor, Pinheiro (2014) a preocupação recai sobre a integridade e a atualidade do sistema de informação contabilístico e financeiro, com enfoque em aspetos específicos: assegurar que as transações são realizadas apenas com a devida autorização da gestão, garantir que são corretamente registadas, restringir o acesso aos ativos com base nos limites e permissões definidos pela gestão, e verificar periodicamente os registos contabilísticos, adotando medidas corretivas sempre que sejam identificadas discrepâncias.

É inegável que o Controlo Interno representa um elemento valioso para o correto funcionamento de uma organização, proporcionando um nível de segurança razoável no cumprimento dos objetivos definidos pela mesma.

No entanto, o Controlo Interno não é infalível. Mesmo com um sistema bem estruturado e eficaz, nenhuma organização está completamente imune à possibilidade de erros, irregularidades ou fraudes.

Neste sentido, o COSO, Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (2013), refere diversos fatores que limitam o alcance dos objetivos do Controlo Interno:

- **Custo-benefício:** esta limitação está relacionada com os custos de implementação de um sistema de Controlo Interno, uma vez que, quanto melhor for, maior será o custo de implementação. Assim, a gestão está encarregue de fazer uma avaliação se o benefício proporcionado pelo sistema será maior que o custo trazido por ele;

- **Existência de Erros humanos e fraude:** a falta de competência das pessoas que trabalham na empresa pode induzir a falha e erros o que leva que o sistema de Controlo Interno seja possivelmente falível;
- **Transações pouco usuais:** o sistema de Controlo Interno é implementado para operações correntes e não para operações pouco usuais;
- **Desinteresse da gestão de um bom Sistema de Controlo Interno:** o órgão de gestão pode, por vezes, não dar a devida importância na manutenção e no alcance dos objetivos do sistema de Controlo Interno;
- **Disfunção dos Sistemas:** Por outro lado, adiciona-se o risco de existência de acessos à informação não autorizada e alteração de registos.

2.4 Objetivos do Controlo Interno

Segundo Morais e Martins (2013 p; 28), “qualquer controlo, administrativo, contabilístico, interno, de gestão, operacional, preventivo. Enquadra-se no termo genérico dependendo fundamentalmente dos objetivos a atingir”.

Um dos objetivos primordiais do Controlo Interno é a mitigação de riscos. Autores como Norton e Kaplan (1996), conhecidos pela abordagem Balanced Scorecard, destacam a importância de identificar, avaliar e gerir riscos operacionais, financeiros e de conformidade.

De acordo com pensadores como Peter F. Drucker (1954), citada por Carina Ferreira (2019), a eficiência é fundamental para a eficácia organizacional e o Controlo Interno é capaz de identificar as áreas de ineficiência e implementar processos para melhorar a utilização de recursos.

Outro dos objetivos do Controlo Interno é garantir a conformidade com os regulamentos e leis.

O Controlo Interno também visa à preservação da integridade empresarial e da reputação, ou seja, este ajuda a prevenir práticas antiéticas ou inadequadas que poderiam prejudicar a imagem da organização e, segundo Charles *et al*, (1997), a reputação corporativa é um “ativo” valioso.

Fim ao cabo, a filosofia da melhoria contínua, defendida por William Deming (1986), é essencial ter em atenção, isto porque o Controlo Interno promove a avaliação, mas também a melhoria contínua dos processos e procedimentos, sendo este capaz de identificar áreas que requerem aprimoramento e implementação de medidas corretivas.

2.5 Importância do controlo interno para as organizações

Segundo Almeida (2022, p. 338) “ O controlo interno desempenha um importante papel na forma como o órgão de gestão aborda as suas responsabilidades de agência. Este tem a responsabilidade de desenvolver, implementar e manter um bom sistema de controlo interno para que assegure que os ativos e que as transações estejam devidamente salvaguardadas, bem como as informações geradas por este sejam fiáveis para o processo de tomada de decisão (preço a praticar, custo de conversão, rentabilidade, etc.)”

O controlo interno, inserido em uma organização, ajuda-a a mitigar os riscos de não atingir os objetivos definidos, como é o caso da eficiência nas operações, qualidade dos produtos ou serviços, ou o próprio cumprimento dos regulamentos e leis a que a atividade se encontra sujeita Messier (2017).

Existem vários riscos que podem comprometer o objetivo da fiabilidade de informação. Por exemplo, conforme exposto por Johnstone (2014), um colaborador na área comercial pode ter a tendência a sobrevalorizar as vendas com o intuito de aumentar a probabilidade de obter um bônus remuneratório.

Cada entidade, independentemente da sua dimensão ou atividade, tem sempre definido um conjunto de medidas de controlo, ainda que estas se apresentem de forma informal, isto é, não constam de registo escrito e formal Almeida (2022).

3. O PLANEAMENTO DE AUDITORIA

Segundo a ISA 300, do IFAC - Planear uma Auditoria de Demonstrações Financeiras. “O planeamento de uma auditoria envolve o estabelecimento de uma estratégia global para a auditoria e o desenvolvimento de um plano de auditoria”.

A ISA 200 do IFAC menciona que o auditor deve planear e executar uma auditoria com ceticismo profissional, admitindo que possam existir circunstâncias que originam que as demonstrações financeiras estejam materialmente distorcidas.

De acordo com Almeida (2022). O adequado planeamento de uma auditoria permite ao auditor recolher prova suficiente e apropriada para suportar as suas conclusões, minimizando as possibilidades de litígio, mantendo a relação custo-benefício num patamar aceitável e cumprindo as datas de conclusão do trabalho acordadas com o cliente.

Costa (2018), refere que é costume dividir os testes e os procedimentos de auditoria em duas fases: fase preliminar e fase final.

O auditor deve, também, realizar as seguintes atividades no início do trabalho de cada auditoria, conforme refere a ISA 300 do IFAC:

- Executar procedimentos relativos à continuação das relações com o cliente e ao trabalho de auditoria específico;
- Avaliar o cumprimento dos requisitos éticos relevantes, incluindo a independência;
- Estabelecer uma compreensão das condições de trabalho;

3.1 Risco em Auditoria

O risco de auditoria (RA), segundo a ISA 200 – Objetivos Gerais do Auditor Independente e Condução de uma Auditoria de Acordo com as Normas Internacionais de Auditoria, do IFAC, “o risco de o auditor expressar uma opinião de auditoria inapropriada quando as demonstrações financeiras estão materialmente distorcidas”. Segundo Almeida (2022) O risco de auditoria pode ser caracterizado de dois tipos, o risco tipo I, onde o auditor emite uma opinião referindo que as demonstrações financeiras apresentam uma imagem verdadeira e apropriada quando na realidade não a apresenta, já o risco tipo II que refere a suscetibilidade do auditor emitir uma opinião referindo que as demonstrações financeiras não apresentam uma imagem verdadeira e apropriada quando na realidade elas não estão distorcidas.

Segundo Freire (2016), quando falamos em risco temos de saber distinguir os riscos de negócio dos riscos de auditoria. O risco de negócio diz respeito ao risco que as entidades enfrentam resultantes de acontecimentos, circunstâncias, ações ou inações consideradas significativas no âmbito da capacidade de a entidade atingir os objetivos e executar as suas estratégias, previsto na ISA 315. Quanto ao risco de auditoria este é a função dos riscos de distorção material e do risco de deteção. E risco de distorção material compreende o risco inerente e o risco de controlo.

No modelo de risco em auditoria, Sengudo Almeida (2022, p. 151) “O auditor pretende correr o menor risco de auditoria. Apesar das normas de auditoria não quantificar estes risco, há autores que quantificam da seguinte forma: entidade publica 2%, empresa cotada 5%, empresa familiar 10%. Quer isso dizer que um risco de auditoria de 5% significa que em cada 100 relatorios emitidos o auditor esta disposto a correr o risco de 5 não corresponderem à realidade. De qualquer modo existe o consenso de que este deve ser o mais baixo possivel”.

De acordo com Almeida (2022), o modelo de risco em auditoria traduz-se na seguinte fórmula:

$$RA=f(RI-RC)* RD$$

O RA representa o risco em auditoria, RI o risco inerente, RC o risco de controlo e RD o risco de deteção. Opta-se por considerar o risco inerente e o risco de controlo como uma função, já que, estes riscos não são controlados pelo auditor, mas, sim riscos da entidadee existente independentemente do risco de Auditoria.

4. PROVA EM AUDITORIA

A prova em auditoria é definida pela ISA 500 do IFAC – Prova de Auditoria, como sendo um conjunto de informações utilizadas pelo auditor, com o objetivo de este chegar às suas conclusões, em que baseia a sua opinião.

Segundo Almeida (2022, p. 246), “Na sua abordagem à obtenção de prova o auditor necessita de ter em atenção fatores que podem afetar a credibilidade dessa prova, como é o

caso da integridade do órgão de gestão, do risco económico do cliente, da qualidade do sistema de informação do cliente e da envolvente do sistema de controlo interno implementado”.

A quantidade de prova a recolher é definida segundo o risco de distorções, pelo que quanto maior o risco menos prova é necessário recolher, assim como segundo a sua qualidade. Quando a prova é de menor qualidade carece de uma maior quantidade da mesma. Resumidamente, a prova de auditoria deve ser suficiente e apropriada, sendo a quantidade estabelecida de acordo com o julgamento do auditor e a qualidade deve ser fiável e relevante.

De acordo com Almeida (2022, p. 247), a prova de auditoria deve ser suficiente e apropriada. A suficiência está relacionada com a qualidade de prova que deve ser obtida, dependendo do julgamento do auditor (neste campo o auditor pode utilizar ferramentas estatísticas que o ajudem a determinar a quantidade necessária).

O facto de uma prova ser considerada apropriada está diretamente ligado à sua qualidade, ou seja, à sua relevância e fiabilidade. A relevância refere-se à medida que a prova está relacionada com a asserção que se pretende verificar. Por exemplo, uma resposta a um pedido de confirmação do saldo de um fornecedor constitui uma prova relevante para a asserção da existência, mas não é adequada para comprovar a asserção da plenitude. Já a fiabilidade da prova depende das circunstâncias em que esta é obtida, como a origem da informação o controlo sobre o processo de obtenção ou a independência da fonte. Assim, quanto mais fiável e relevante for a prova, mais apropriada será para os objetivos de auditoria. (Almeida 2022)

4.1 Procedimentos para obtenção de prova em auditoria financeira

Segundo Almeida (2022, p. 254), “o auditor executa procedimentos de auditoria de modo a obter prova que lhe permita, com uma certeza razoável, que pronuncia-se sobre se as DF estão apresentadas de uma forma verdadeira e apropriada tendo em atenção os princípios contabilísticos geralmente aceites.”

Concretamente, o auditor pode recorrer a três tipos principais de procedimentos no âmbito do seu trabalho:

Procedimentos de avaliação do risco do cliente: Estes procedimentos têm como objetivo permitir ao auditor obter um conhecimento aprofundado sobre a entidade auditada, o seu contexto operacional e o seu sistema de controlo interno. Com base neste conhecimento, o auditor pode avaliar a probabilidade de ocorrência de distorções materialmente relevantes nas demonstrações financeiras.

Testes aos controlos: Estes testes visam verificar se os controlos internos implementados pela entidade estão a funcionar de forma eficaz e consistente. O objetivo é avaliar a sua capacidade para prevenir ou detetar distorções materiais nas demonstrações financeiras.

Procedimentos substantivos: Estes procedimentos têm como finalidade identificar distorções materialmente relevantes que não tenham sido prevenidas ou detetadas pelo sistema de controlo interno da entidade. Dividem-se em três categorias: procedimentos analíticos, testes de detalhe aos saldos e transações, e testes à apresentação e divulgação das informações financeiras. (Almeida, 2022).

A ISA 500, do IFAC, explica o que constitui prova de auditoria numa auditoria de demonstrações financeiras e aborda a responsabilidade do auditor no sentido de conceber e executar procedimentos de auditoria para obter prova de auditoria suficiente e apropriada que o habilite a extrair conclusões razoáveis sobre as quais baseia a sua opinião.

Existem vários procedimentos gerais de auditoria para a obtenção da prova, e podem ser utilizados na avaliação dos riscos e nos testes aos controlos, como se alcança na leitura da ISA 500 – Prova de auditoria, do IFAC, entre os quais:

- **Inspeção:** envolve o exame de registos ou documentos, quer internos quer externos, em papel, formato eletrónico ou outros meios, ou o exame físico de um ativo.
- **Observação:** consiste em olhar para um processo ou procedimento que está a ser executado por outros.

- **Confirmações externas:** representa prova de auditoria obtida pelo auditor sob a forma de uma resposta direta que lhe é dada por um terceiro, em papel ou por meio eletrónico ou outro.
Recálculo: consiste na verificação do rigor matemático de documentos ou registos, pode ser manual ou eletronicamente.
- **Reexecução:** envolve a execução independente pelo auditor de procedimentos ou controlos que foram originalmente executados como parte do controlo interno da entidade
- **Procedimentos analíticos:** consistem em avaliações da informação financeira através da análise dos relacionamentos plausíveis entre dados, tanto de informação financeira como não financeira.
- **Indagação:** consiste em procurar informação, financeira ou não financeira, junto de pessoas conhecedoras dentro ou fora da entidade.

4.2 O papel do revisor oficial de contas

Segundo o Site do OROC, “Os revisores oficiais de contas e as sociedades de revisores oficiais de conta estão legalmente incumbidos de proceder à revisão legal de contas das entidades de interesse público para amentar o nível de confiança do público nas demonstrações financeiras anuais e consolidadas dessas entidades”.

O Decreto-Lei n.º 49381 de 15 de Novembro de 1969, consagrou relevantes medidas em matéria de fiscalização das sociedades anónimas. Este diploma limitou-se no entanto a prever a atuação dos revisores individuais de contas e das sociedades de revisores no âmbito do conselho fiscal de sociedades. A primeira regulamentação da profissão surgiu mais tarde, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 1/72 de 3 de Janeiro.

Em 1974 surgiu a Câmara dos Revisores Oficiais de Contas através da Portaria n.º 83/74 de 6 de Fevereiro, que veio institucionalizar a profissão no país. A profissão ficou estagnada durante alguns anos, não tendo ocorrido, entre os anos 1975 a 1978, as provas de aptidão para a profissão de ROC, provas estas que se iniciaram no ano de 1973.

Posteriormente, profissão tornou-se autônoma e foi assinalado com a publicação do Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de novembro, que alterou a Câmara dos ROC para Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Ou seja instituiu a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas como ordem profissional. Esta alteração surge no seguimento de modificações no ordenamento jurídico interno e no direito comunitário, destinando-se a harmonizar o regime jurídico das Sociedades de ROC com as propensões da União Europeia. Para além destas alterações, são ainda de referir, a obrigação do grau académico de licenciatura para o acesso à profissão, a necessidade de realização do exame antes do estágio para aceder à profissão, a atribuição da responsabilidade da revisão de contas, da revisão legal de contas e de serviços relacionados à OROC, a criação de duas novas categorias de membros: os ROC estagiários e os membros honorários.

4.2.1 Código de ética da ordem dos revisores oficiais de contas

Para um desenvolvimento prestigioso da profissão, o ROC deverá possuir uma boa formação profissional e, de acordo com Carvalho (1995), uma boa educação ética inicial e contínua. Neste sentido, foi aprovado a 27 de novembro de 1985 o primeiro Código de Ética e Deontologia Profissional da OROC, tendo sido publicado em Diário da República a 17 de outubro de 1987 (Ferreira, 2016). Costa (2018) refere que este código estabelecia que a conduta profissional e pessoal do ROC no exercício da sua atividade deve ser guiada por princípios de isenção e moralidade, evitando qualquer comportamento que desprestigie a profissão.

O segundo Código de Ética e Deontologia Profissional da OROC foi publicado no Diário da República, 3.ª Série, n.º 297 a 26 de dezembro de 2001. Segundo Costa (2018), este diploma considerava como objetivos fundamentais da profissão a confiança, o profissionalismo, a qualidade dos serviços e a credibilidade.

O terceiro e atual Código de Ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (CEOROC) foi publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 198 a 29 de Setembro de 2011, tendo entrado em vigor a 1 de janeiro de 2012 (Costa, 2018). O autor refere ainda que este

diploma se fundamenta no Código de Ética do International Ethics Standards Board for Accountants (IESBA).

Nesse contexto, e em conformidade com a alínea do Artigo 5º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, foi criado o novo Código de Ética da referida Ordem. Este novo código tem como objetivo substituir o antigo Código de Ética e Deontologia Profissional, que havia sido estabelecido em 2001, atualizando e fortalecendo as diretrizes éticas dos profissionais. A elaboração do novo Código de Ética foi fundamentada na estrutura e nos princípios do Código de Ética da IFAC – International Federation of Accountants, uma organização internacional reconhecida por estabelecer padrões éticos e de conduta para profissionais de contabilidade e auditoria em todo o mundo.

4.2.2 Relatório de Auditoria Financeira/Certificação Legal das Contas

Segundo Almeida (2022, p. 648). “O relatório do auditor, sobre as (DF) pode ser denominado de Certificação Legais das Contas. Denomina-se Certificação Legais da Contas quando a certificação das contas advém de uma impusição legal, denomina-se Relatório de Auditoria quando a auditoria é contratualizada. Caso a entidade seja uma sociedades emitante de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado, o titulo a adotar será Certificação Legais das Contas e Relatório de auditoria”

De acordo com estipulado no 413.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC). É obrigatório das demonstrações financeiras de uma sociedade estarem sujeitas a certificação legal de contas, emitida por um revisor oficial de contas (ROC), decorre, numa primeira análise, da legislação comercial nacional.

Neste sentido, Lopes (2019) confirma que o documento deve:

- Identificar a entidade da qual se trata a revisão legal das contas, identificando se dizem respeito a contas individuais ou consolidadas e a data de relato a que se pronunciam. Deve ser ainda mencionado a estrutura de relato financeiro implícita;

- Conter uma descrição do âmbito da revisão legal das contas, enunciando as normas de auditoria que regularam a realização da mesma;
- Incluir uma opinião de auditoria, a qual pode ser emitida com reservas ou sem reservas, ou conceber uma opinião adversa, apresentando de forma clara a opinião do ROC ou da SROC. Na opinião prestada deve ser perceptível se as contas possuem uma imagem verdadeira e apropriada, de acordo com a estrutura do relato financeiro aplicável e identificar se as contas cumprem ou não com os requisitos legais aplicáveis;
- Emitir um parecer sobre a correlação do relatório de gestão com as contas do mesmo período e sobre a sua elaboração de acordo com requisitos legais aplicáveis. As falhas identificadas no relatório de gestão devem ser expostas as informações sobre a sua natureza;
- Incorporar uma declaração sobre qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam fomentar dúvidas significativas quanto ao pressuposto da continuidade; (Lopes 2019).
- Identificar o local que se encontra estabelecido o ROC ou a SROC e, nos casos aplicáveis, emitir um parecer sobre o conteúdo do relatório de governo societário. (Lopes 2019).

4.3 Materialidade em Auditoria

Segundo a revista da OROC, a materialidade é uma matéria de julgamento profissional de auditor e está relacionada com a importância da informação das demonstrações financeiras para a tomada de decisões económicas por parte dos utilizadores da DF como: investir, comprar, fazer negócios, emprestar dinheiro à entidade.

Almeida (2022, P. 177), afirma que “Um assunto é material se a sua omissão ou distorção puder razoavelmente influenciar as decisões económicas dos utilizadores baseados nas demonstrações financeiras.”

Embora seja um tema que gera divergência entre os especialistas, a ISA 320 do IFAC – A Materialidade no Planeamento e na Execução de uma Auditoria, refere que as diversas definições do conceito de materialidade assentam nos seguintes pontos:

- As distorções, incluindo as omissões, são consideradas materiais se se esperar que, individualmente ou em conjunto, influenciem as decisões económicas tomadas pelos utentes com base nas demonstrações financeiras;
- Os julgamentos acerca da materialidade são feitos à luz das circunstâncias envolventes e são afetados pela dimensão ou natureza de uma distorção ou pela combinação de ambas;
- Os julgamentos acerca de matérias que sejam materiais para os utentes das demonstrações financeiras baseiam-se na consideração das necessidades comuns de informação financeira dos utentes como um grupo. Não é considerado o possível efeito de distorções sobre utentes individuais específicos, cujas necessidades podem variar amplamente.

Num contexto de materialidade podemos falar em materialidade ou materialidade de execução. Segundo a ISA 320, do IFAC. A materialidade de execução é definida como “A quantia ou quantias estabelecidas pelo auditor, inferiores à materialidade estabelecida para as demonstrações financeiras como um todo, com vista a reduzir o nível apropriadamente baixo a probabilidade de as distorções não corrigidas e não detestadas agregadas excederem a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.”

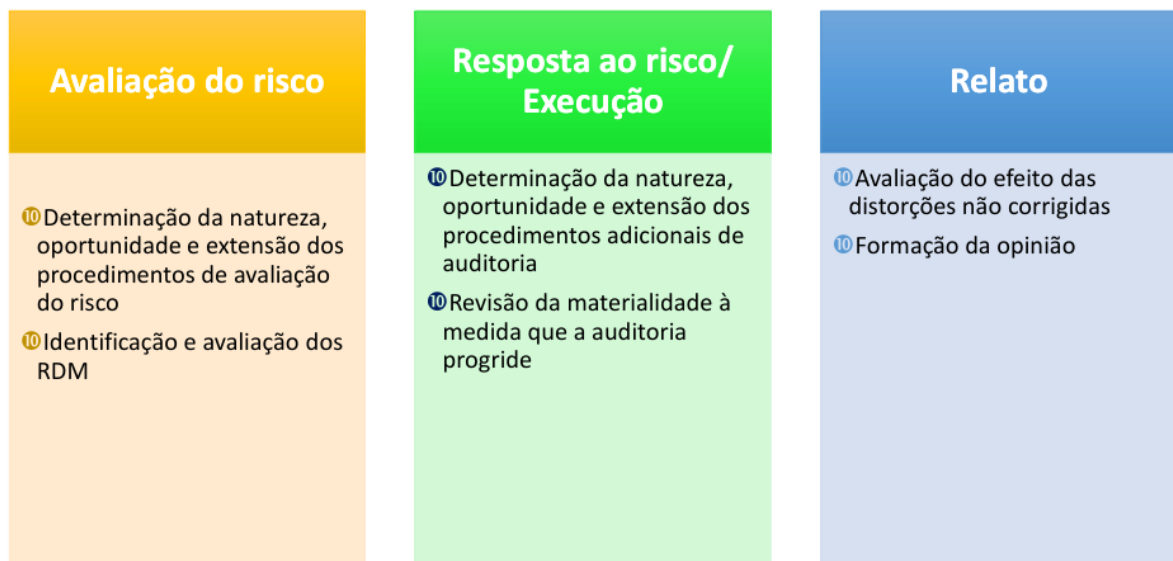
O nível de materialidade deve ser estabelecido de forma a possibilitar a deteção das distorções materialmente relevantes, tendo em conta a quantidade e natureza das mesmas.

Assim, embora a materialidade seja um conceito fundamental, é imprescindível. Segundo Costa (2010), ter em consideração que este se trata de um conceito sujeito ao julgamento profissional de cada auditor, podendo este ser influenciado, segundo Antunes (2015), por diversos fatores, tais como a experiência do auditor, o seu grau de ceticismo bem como a opinião que este possui sobre a entidade auditada, sendo por isso necessário analisar cada situação no seu contexto específico.

É ainda importante informar que o valor da materialidade pode ser alterado no decorrer do trabalho de auditoria, se o auditor assim o entender, com base no seu julgamento profissional. Neste sentido as decisões do auditor sobre a materialidade proporcionam base para: Avaliação do risco, resposta ao risco/execução e relato. Como ilustra a figura 3.

Figura 3 - Materialidade no contexto de uma auditoria.

Fonte: Ordem dos revisores oficiais de contas.



De acordo com a ISA 320 do IFAC, o conceito de materialidade refere-se ao significado e importância relativos que um assunto pode ter agregada ou individualmente na globalidade das demonstrações financeiras em análise.

5. ASSERTÇÕES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Segundo Costa (2017). A preparação das demonstrações financeiras, conforme já referido anteriormente, é da responsabilidade do órgão de gestão de cada empresa, que, segundo este, apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa, o resultado das operações e os fluxos de caixa de acordo com a estrutura conceptual de relato financeiro aplicável. Desta forma, o órgão de gestão faz asserções de forma explícita ou outra, que são incorporadas nas DF e usadas pelo auditor para considerar os diferentes tipos de distorções materiais que podem ocorrer.

Segundo Almeida (2022), As principais componentes das demonstrações financeiras, são: Classe de transações, saldo e apresentação e divulgação. Neste sentido o orgao de gestao é visto como estando emplicitamente ou explicitamente, fazendo afirmações relacionadas com a propriedade, com a valorização, com o reconhecimento, com apresentação e divulgação.

“Orgão de gestão declara ao auditor as DF como um todo estão apresentadas de forma verdadeira e apropriadas de acordo com o referencial” por tanto esta frase tem um conjunto de asserções, e elas relacionam-se com o reconhecimento, mensuração, apresentação de classes de transações e acontecimento, saldos de contas e divulgações nas DF e são usadas pelo auditor para considerar os diferentes tipos de distorções materiais que podem ocorrer.

Aqui estão alguns exemplos do conceito orgão de gestão: como ilustra a figura 4.

Figura 4 - Asserções

Fonte: Ordem dos revisores oficiais de contas

Saldos de contas e divulgações relacionadas, no final do período	
Existência	Ativos, passivos e interesses de capital próprio existem
Direitos e obrigações	Entidade detém ou controla os direitos aos ativos e os passivos são as obrigações da entidade
Plenitude	Ativos, passivos e interesses de capital próprio que deveriam ter sido registados foram registados, e divulgações relacionadas foram incluídas
Rigor, valorização e imputação	Ativos, passivos e interesses de capital próprio incluídos nas DF por quantias apropriadas, e divulgações apropriadamente mensuradas e descritas
Classificação	Ativos, passivos e interesses de capital próprio foram registados nas contas apropriadas
Apresentação	ativos, passivos e interesses de cap próprio apropriadamente (des)agregados e claramente descritos, e divulgações são relevantes e compreensíveis

De acordo com a ISA 315 do IFAC - Identificar e Avaliar os Riscos de Distorção Material através do Conhecimento da Entidade e do seu Ambiente existe três categorias de asserções subjacentes às demonstrações financeiras, tais como:

- Asserções relativas a classes de transações;
- Asserções relativas aos saldos finais; e
- Asserções relativas à apresentação e divulgação;

5.1 Tipos de opinião

Na fase final do processo de auditoria, após ter sido avaliada a prova obtida, considerando o impacto de quaisquer distorções identificadas, formar uma opinião de auditoria é o passo antecessor da redação do relatório de auditoria. O auditor para a formação da sua opinião necessita ter em conta todos os aspetos materiais das DF emitidas, incluindo as divulgações. Existem vários tipos de opinião, considerados pelas normas internacionais de auditoria, as quais são:

5.1.1 Opinião não modificada

Da interpretação o parágrafo 16 da ISA 700, do IFAC, o auditor deve expressar uma opinião não modificada, quando concluir que as DF estão preparadas segundo todos os aspetos materiais e de acordo com o referencial de relato que lhe seja aplicável, ou seja, é considerada como uma opinião “limpa”. Não obstante, uma opinião não modificada pode incluir ênfases, as quais se referem à identificação de matéria apresentada ou divulgada nas DF que na ótica do auditor é fundamental referenciar no relatório para melhor compreensão das DF. Como ilustra a tabela 5

Figura 5 - Tabela da opinião não modificada

Fonte: Elaboração própria

Tipo de Opinião Não Modificada	Descrição	Características Principais
Opinião Sem Reserva	O auditor conclui que as demonstrações financeiras estão em conformidade com o quadro normativo aplicável e apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da entidade.	- Não existem distorções materiais. - As evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas.
Opinião com Ênfase de Matéria	Inclui uma secção no relatório para chamar a atenção para uma questão importante, mas que não afeta a opinião do auditor.	- Refere-se a eventos ou condições significativas, como incertezas ou alterações em políticas contabilísticas, mas sem impacto na conformidade das demonstrações financeiras.
Opinião sobre Outro Assunto	O auditor inclui uma referência a outro assunto relevante no relatório, sem que isso tenha impacto sobre a opinião emitida.	- Geralmente relacionado com informações complementares ou relatórios adicionais incluídos pela entidade.

Nota:

1. A opinião sem reserva é o resultado ideal, emitido quando as demonstrações financeiras estão em conformidade com as normas aplicáveis e não há limitações ao alcance da auditoria.
2. As secções de **Ênfase de Matéria** e **Outro Assunto** são incluídos apenas quando necessário, mas não constituem modificações na opinião.

5.1.2 Opinião modificada

É expressa uma opinião modificada (qualificada) quando se conclui, de acordo com a prova obtida, que:

- As demonstrações financeiras como um todo se encontram isentas de distorção material;
- Sempre que não seja possível obter prova de auditoria suficiente e apropriada para concluir que as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material. Podemos observar na figura subsequente os tipos de opinião modificada segundo a natureza da matéria que dá origem à modificação. Como ilustra a figura 6.

Figura 6 - Tabela da opinião modificada

Fonte: Norma Internacional de Auditoria (ISA) 705 - Modificações à Opinião no Relatório do Auditor Independente

Tipo de Opinião Modificada	Descrição	Razão para Emissão
Opinião com Reserva	O auditor conclui que, exceto por uma ou mais distorções materiais identificadas, as demonstrações financeiras estão em conformidade com o quadro normativo aplicável.	- Existência de uma distorção material, mas não generalizada. \n- Limitação ao alcance do auditor que não é generalizada.
Opinião Adversa	O auditor conclui que as demonstrações financeiras contêm distorções materiais e generalizadas que as tornam não conformes ao quadro normativo aplicável.	- Distorções materiais e generalizadas nas demonstrações financeiras.
Abstenção de Opinião	O auditor não consegue expressar uma opinião devido a uma limitação significativa ao alcance do trabalho de auditoria ou a incertezas.	- Limitações ao alcance que impedem a obtenção de evidências suficientes e apropriadas. \n- Incertezas materiais não resolvidas.

6. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS DURANTE O ESTÁGIO.

No primeiro dia de estágio e após me terem sido apresentadas as instalações da AMM&SROC e os respetivos colegas de trabalho, em seguida foi elaborado um plano de estágio que teve como objetivo consolidar conhecimentos em contabilidade, fiscalidade e auditoria, proporcionando experiência prática na execução de testes substantivos e no uso de softwares de apoio, além de promover a compreensão das metodologias, normas e responsabilidades da auditoria financeira. Com duração de seis meses (960 horas), o estágio prevê atividades progressivas, desde a preparação de documentos e execução de testes no escritório até ao acompanhamento de auditorias externas nos clientes, envolvendo análise documental, recolha de informações e interação com profissionais do setor.

Obtive conhecimento sobre a forma como são organizadas as pastas do dossier permanente (contem informação que transita de ano para ano, sendo apenas atualizada conforme alterações ocorridas na entidade auditada) e do dossier corrente (compreende os documentos do ano a auditar, ou seja, documentos cuja aplicação ou conclusão serve apenas para o ano corrente). A composição de cada dossier pode ser observados nos (anexos permanentes 3) e (anexos correntes 2).

Posteriormente, atribuíram-me um computador e com algumas tarefas para fazer, assim que me inteirei de todo o processo de auditoria e das ferramentas de trabalho a utilizar em cada um dos ciclos, foi-me dada a oportunidade de preencher alguns desses papéis de trabalho com a informação financeira disponível

Por forma a exemplificar o tipo de análises efetuadas ao longo de todo o trabalho substantivo, irei abordar nos próximos subcapítulos as áreas analisadas de um cliente em particular.

Tendo começado o estágio no dia 10 de Abril, a empresa já não se encontrava na contagem de inventários, mas, ainda assim fui incluída em algumas visitas em clientes, sendo esse o meu primeiro contato com o mesmo. Como foi o meu primeiro contato o trabalho desenvolvido passou muito de observar e auxiliar o trabalho do auditor sénior, de modo a perceber como se efetua todo este trabalho.

A organização das tarefas que me foi atribuída seguiu uma lógica de contacto inicial e preparação de documentos para posterior análise detalhada. Assim, comecei por reunir os elementos necessários, que constituem a primeira etapa de interação com o cliente. Estes documentos incluem ficheiros em formatos diversos, como Excel, PDF e outros, obtidos por envio direto do cliente ou através de plataformas online, como o portal da Autoridade Tributária (AT).

Antes das visitas aos clientes, os ficheiros recolhidos são submetidos a um tratamento específico, seguindo um procedimento previamente estandardizado pela AMM. Este processo assegura que os dados estão prontos para análise e integração. Estes ficheiros resultam do trabalho realizado pelos departamentos de contabilidade e por outras áreas dos clientes, tais como:

- Saft de contabilidade;
- Saft de faturação, ficheiros de gestão comercial;
- Processamento de vencimentos;
- Declarações periódicas de IVA, Declarações Mensais de Remuneração MDR;

- Retenção na fonte IRS IRC;

Estes ficheiros por virem em diversas formatações tem de ser uniformizados pois os testes que a AMM utiliza são sempre os mesmo em todas as visitas, (estes serão apresentados em capítulos anteriores). Segue-se uma breve apresentação dos documentos com que tive contacto e o tratamento que lhe apliquei:

- Ficheiros XLM: que tem de ser convertidos em formato Excel sendo a ordenação destes sempre sistemáticos;
- Saft contabilidade: o documento onde o contabilista regista todos os lançamentos efetuados durante o período em causa. Notas importantes sobre este ficheiro: 1- tem de ser sempre balanceado; 2- tem de conter a mesma informação do balancete do mês à mesma data do saft, por isso a AMM efetua um controlo desta situação numa sheet/Planilha do Excel a que chama “CONFRONTO”. Quando o confronto indica diferenças, isto é a informação do balancete do último mês à data do saft não confronto com a informação do próprio saft, o procedimento utilizado pelo auditor é de contactar a contabilidade do cliente em causa e solicitar novos dados.
- Saft da faturação: o saft da faturação é o produto do lançamento de faturas, portanto contém toda a informação de vendas da empresa.
- Gestão comercial
- DMR; DPIVA, RF IRS/IRC; Declaração de não dívida da AT e SS; Guia de pagamento SS;
- Balancete
- Mapa CRC do Banco de Portugal
- Extratos e conciliações bancárias
- Inventário
- Circularização

Nos pontos que se seguem, serão abordadas as áreas onde foram realizados trabalhos, como são preenchidos as planilhas de trabalho e qual o objetivo de auditoria de cada um deles.

6.1 Descrição da entidade acolhedora do estágio

O estágio que se iniciou dia 10 de abril de 2024, foi realizado na, Alberto Martins, Magalhães e Associados SROC.

A sociedade da AMM & Associados, SROC Lda. É constituída por cinco sócios, dos quais quatro são Revisores Oficiais de Contas (ROC), com os números de inscrição 438, 1595, 1781 e 1844, e um auditor sénior.

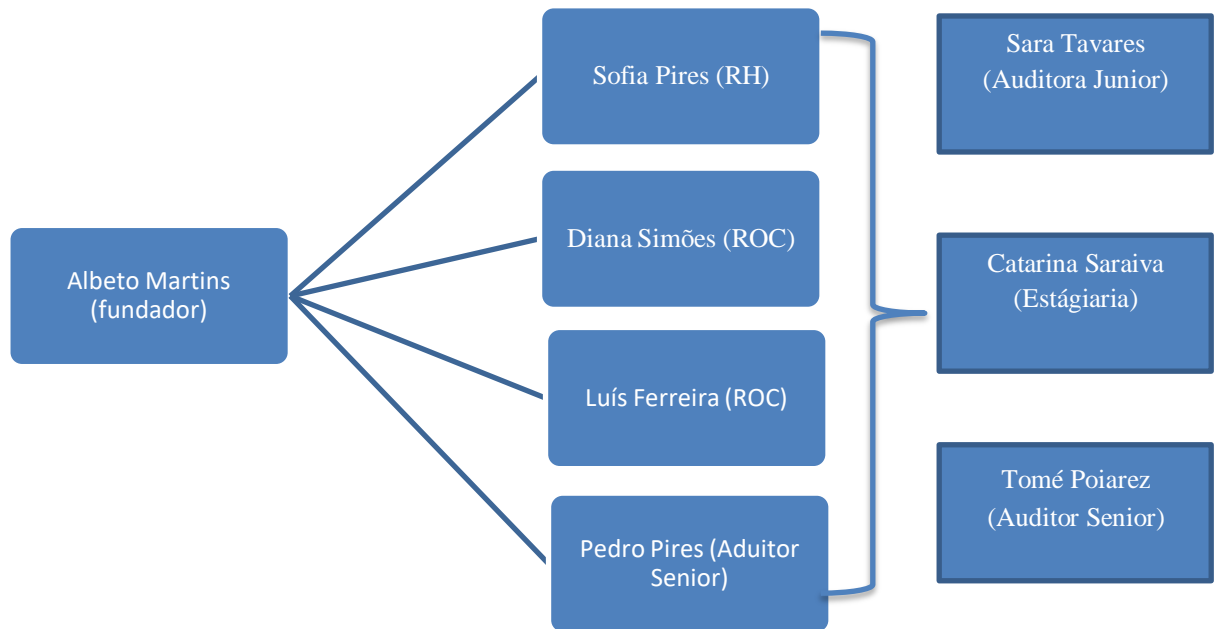
Além da administração, a entidade conta com uma equipa de três colaboradores, composta por uma estagiária, um auditor sénior e um auditor júnior.

Os sócios desempenham um papel crucial na supervisão do trabalho realizado pelos auditores júnior, que possuem variados níveis de experiência profissional e formação académica. Esta estrutura permite que a equipa se dedique diariamente a responder às necessidades dos clientes, oferecendo um apoio personalizado e especializado nos diversos setores de atividade.

Este modelo de gestão demonstra o compromisso da entidade com a qualidade, eficiência e excelência dos serviços que presta, garantindo o cumprimento dos mais elevados padrões profissional, como ilustra a figura 7.

Figura 7 - Organigrama

Fonte: AMM & Associados, SROC, Lda.



O organigrama da entidade ilustra a estrutura da equipa e os respetivos cargos. No topo encontra-se o Dr. Alberto Martins, sócio fundador, que acumulou uma vasta experiência na área e se encontra atualmente aposentado. A Dra. Sofia Pires, sócia gerente, é responsável pela gestão da empresa, mantendo contacto direto com os clientes, supervisionando o recrutamento, e coordenando o planeamento e a constituição da equipa.

Além disso, integram a liderança os Drs. Luís Ferreira e Diana Simões, também sócios da entidade. Para além das suas funções como Revisores Oficiais de Contas (ROC), são responsáveis pela realização de formações especializadas, com destaque para a área da fiscalidade.

Por outro lado, o Dr. Pedro Pires, sócio e auditor sénior, assume frequentemente a coordenação das equipas de trabalho, especialmente durante as visitas a clientes. Ainda assim, o restante da equipa possui experiência e conhecimentos sólidos, o que lhes permite atuar com competência nas diversas áreas de atuação da entidade, sempre com o rigor e a qualidade exigidos pela organização.

Por fim, encontram-se os auditores juniores, que desempenham funções em áreas identificadas como de menor risco. Esta abordagem permite-lhes adquirir formação prática e desenvolver as competências necessárias para se tornarem profissionais de excelência na sua área de atuação.

6.2 Software de Auditoria

O SIPTA - Sistema Informático de Papéis de Trabalho de Auditoria é um software desenvolvido para otimizar e gerir a informação utilizada por revisores oficiais de contas (ROC) e auditores durante os seus trabalhos de auditoria. A AMM SROC, como entidade de referência na área, reconhece o impacto positivo que o SIPTA pode ter no desempenho das suas funções, garantindo a conformidade com os normativos nacionais e internacionais, bem como promovendo a eficiência e a eficácia dos processos.

O SIPTA permite realizar o processo de auditoria de forma completa, desde o planeamento inicial até ao relato final, com uma abordagem integrada e inovadora. Entre as suas principais funcionalidades incluem-se: Identificação de riscos e definição de programas de auditoria, Mapas de trabalho dinâmicos e amostragens estatísticas, Circularização automatizada.

O software sipta traz um grande benefício não só para a entidade mais também para os profissionais na área como:

Maior controlo e eficácia

- Acesso à informação histórica: Consulte dados e registos de anos anteriores de forma direta, otimizando o tempo de análise.
- Gestão de riscos: Identifique facilmente matérias polémicas ou significativas associadas a cada área de trabalho.
- Mapas de controlo: Avalie o progresso e o grau de execução das tarefas, tanto por área de auditoria quanto globalmente.
- Provas substantivas e ajustamentos: Registe observações detalhadas e anexe ficheiros relevantes diretamente aos movimentos contabilísticos.

Supervisão e reporte eficiente

- Relatórios rápidos e detalhados: Catalogue o trabalho desenvolvido e envie informações relevantes para supervisão com apenas alguns cliques, respeitando as normas de reporte.
- Visibilidade centralizada: Acompanhe o progresso de todos os auditores, permitindo intervenções estratégicas e uma supervisão eficaz.

Segurança e confidencialidade

- Gestão de acessos: Restrinja funcionalidades a auditores com diferentes níveis de responsabilidade, garantindo a confidencialidade das informações sensíveis.
- Bloqueio de edições: Após o encerramento do ano de auditoria, apenas o ROC responsável pode desbloquear alterações, assegurando a integridade dos dados.
- Controlo de clientes: Permita ou bloqueie acessos à carteira de clientes com base em permissões específicas.

Uniformidade e consistência

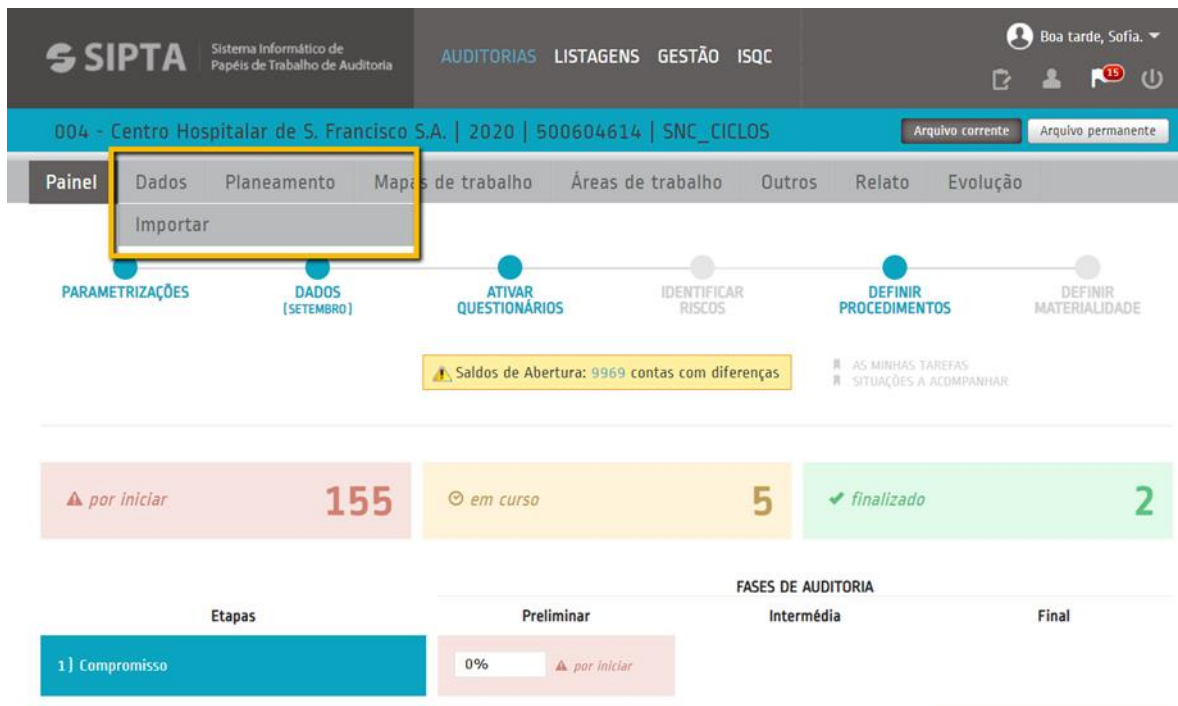
- Programas de auditoria padronizados: Os procedimentos são definidos numa área de gestão e replicados automaticamente para anos subseqüentes, assegurando uniformidade no trabalho.
- Base de trabalho comum: Todas as atualizações realizadas por administradores são disponibilizadas em tempo real a toda a equipa, independentemente da sua localização.

O SIPTA oferece ferramentas modernas que potenciam a produtividade da AMM SROC como a recolha evidências diretamente no smartphone ou tablet, agilizando as tarefas de campo, entretanto facilite o envio e receção de documentos e informações necessárias para Automatizar a interação com a Autoridade Tributária, economizando tempo e recursos. O SIPTA simplifica o trabalho da **AMM SROC** ao permitir Agilizar o upload de dados e a preparação de mapas de trabalho detalhados, para Identificar rapidamente os registos

novos, eliminando ou alterando entre os períodos em um aprimoramento da análise de relatórios com base em informação previamente introduzida. Como ilustra a figura 8.

Figura 8 - Software SIPTA

Fonte: AMM & Associados, SROC, Lda.



O SIPTA tem como principais vantagens, a implementação robusta de processos de gestão de qualidade e avaliação de risco, com a integração de técnicas estatísticas e extrapolações específicas para auditoria tornando a Comunicação eficaz com as entidades auditadas e recolha automatizada de dados fiscais.

O SIPTA dá uma grande contribuição na AMM SROC, visto que é um sistema que surgiu para responder às necessidades de empresas como a **AMM SROC**, que enfrentam desafios crescentes na organização de arquivos e na conformidade com normas rigorosas. Além de simplificar processos e melhorar a produtividade, o SIPTA acrescenta valor ao serviço prestado, permitindo à **AMM SROC** concentrar-se em oferecer um trabalho de elevada qualidade.

6.3 Analise Swot

Com o intuito de identificar os possíveis cenários internos e externos da entidade, decidiu-se realizar uma análise SWOT, permitindo assim observar as suas, fraquezas, forças, oportunidades e ameaças associadas à atividade desempenhada.

Segue uma análise SWOT detalhada da AMM & Associados, SROC, Lda.:

Forças (Strengths):

1. Reputação e Credibilidade

- Inscrito na lista de revisores oficiais de contas desde 2009, demonstrando experiência e reconhecimento no setor.
- Nome consolidado no mercado de SROC, especialmente na região de Coimbra.

2. Equipa Qualificada

- Quatro revisores oficiais de contas certificados e uma equipam diversificados de auditores, permitindo a realização de serviços especializados e de alta qualidade.
- Valorização da diversidade cultural e geracional, o que contribui para uma abordagem inovadora e adaptável.

3. Especialização e Serviços Abrangentes

- Oferece serviços de auditoria financeira, avaliação de empresas e consultoria financeira, fiscalidade, controlo interno etc. abrangendo uma ampla gama de necessidades do mercado.
- Experiência comprovada em mercados específicos, como PMEs e instituições locais.
- **Sede Estratégica**
- Localização central em Coimbra, facilitando o acesso aos clientes na região centro de Portugal.

4. Estrutura Financeira e Estabilidade

- Capital social bem estruturado, reforçando a confiança perante os stakeholders.

Fraquezas (Weaknesses):

1. Escala e Recursos

- Sendo uma empresa de pequeno a médio porte, pode ter limitações de recursos humanos e financeiros em comparação com grandes firmas globais de auditoria.
- A dependência de uma equipa restrita pode afetar a capacidade de responder a um aumento súbito da procura.

2. Reconhecimento Nacional e Internacional

- Possivelmente limitada a uma presença mais regional, com menor notoriedade fora de Portugal ou a nível internacional.

3. Digitalização e Inovação Tecnológica

- Não foi identificado um foco explícito em soluções tecnológicas avançadas ou serviços relacionados com auditorias digitais, o que pode ser uma lacuna num mercado cada vez mais digitalizado.

4. Foco em Nichos

- A especialização em certos tipos de serviços pode limitar a capacidade de diversificação e inovação para atender novas áreas de mercado.

Oportunidades (Opportunities):

1. Expansão para Novos Mercados

- Possibilidade de abrir filiais em outras regiões de Portugal ou até mesmo expandir para mercados internacionais de língua portuguesa.

2. Transformação Digital

- Investimento em ferramentas de análise de dados e auditoria digital para melhorar a eficiência e oferecer soluções mais modernas aos clientes.
- Desenvolvimento de serviços relacionados com cibersegurança e auditoria de sistemas, áreas de crescente relevância.

3. **Parcerias Estratégicas**

- Estabelecer parcerias com outras firmas ou organizações para ampliar o alcance e diversificar os serviços oferecidos.
- Colaborações com instituições de ensino para atrair novos talentos e reforçar a equipa.

Ameaças (Threats):

1. **Concorrência Intensa**

- Competição com grandes firmas internacionais de auditoria, como Deloitte, PwC, EY e KPMG, que possuem maior alcance e recursos.
- Entrada de novos players no mercado local que podem competir com preços mais baixos.

2. **Mudanças Regulatórias**

- Alterações frequentes nas normas contabilísticas e tributárias podem aumentar a complexidade dos serviços e a pressão sobre a equipa.

3. **Evolução Tecnológica Rápida**

- O avanço rápido em tecnologias como inteligência artificial e blockchain pode tornar algumas práticas obsoletas, exigindo constante atualização.

4. **Crises Económicas**

- Uma recessão ou crise económica pode reduzir a procura por serviços de auditoria e consultoria, especialmente por parte de pequenas e médias empresas.

5. **Falta de Retenção de Talentos**

- O desafio de atrair e reter talentos numa área altamente competitiva pode limitar o crescimento da empresa.

Em suma, a **AMM & Associados, SROC, Lda.** Apresenta uma sólida reputação local, com uma equipa qualificada e serviços especializados, sendo uma força relevante na região de Coimbra. Contudo, para sustentar e expandir o seu sucesso, deve investir na digitalização, ampliar o alcance geográfico e diversificar os serviços. A competição com grandes firmas e a evolução do mercado digital que representam desafios, mas também oportunidades para inovação e crescimento estratégico.

6.4 Enquadramento do estágio

O estágio contribuiu de forma significativa para a consolidação dos conhecimentos adquiridos ao longo do percurso académico, nomeadamente no que diz respeito aos procedimentos de auditoria, à interpretação das normas aplicáveis, à avaliação das demonstrações financeiras e a recolha de evidência de auditoria. Simultaneamente, fomentou uma reflexão crítica sobre os desafios e exigências inerentes à profissão.

A participação em acompanhamento de várias entidades proporcionou-me uma visão abrangente e realista da função do auditor no contexto empresarial português. Este enquadramento reforça a importância do estágio como componente essencial no processo formativo, funcionando como uma ponte entre o ensino superior e a prática profissional. Além disso, veio confirmar o meu interesse pela área da auditoria financeira, perspectivando-a como uma via de desenvolvimento profissional futuro.

Durante o estágio, tive a oportunidade de executar diversos testes de auditoria, desenvolvidos pela empresa com base numa metodologia estruturada. Estes testes visam validar os saldos contabilísticos das várias rubricas previstas no Plano de Contas do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e são, em grande parte, realizados de forma preparatória, antes das deslocações aos clientes.

Com base na sequência das contas definidas pelo SNC, irei apresentar, de forma detalhada, os principais testes de auditoria que realizei ao longo do período de estágio.

6.5 Planeamento

Segundo a ISA 300, do IFA, planejar uma auditoria nas demonstrações financeiras, no seu parágrafo 2, do IFAC. Ao “planejar uma auditoria envolve estabelecer uma estratégia global de auditoria para o trabalho e desenvolver um plano de auditoria. Um planeamento adequado favorece a auditoria de demonstração financeira de várias formas, nomeadamente”:

- Ajuda o auditor a dedicar atenção apropriada às áreas relevantes da auditoria.
- Ajuda o auditor a identificar e resolver os potenciais problemas em tempo oportuno.
- Ajuda o auditor a organizar e gerir devidamente o trabalho de auditoria, para que seja executado de maneira eficaz e eficiente.
- Ajuda a seleccionar membros da equipa de trabalho com capacidade e competência apropriadas para responder aos riscos antecipados e a afetar adequadamente o trabalho aos mesmos.
- Facilita a orientação e supervisão dos membros da equipa de trabalho e a revisão do seu trabalho.
- Apoia, quando aplicável, a coordenação dos trabalhos por auditores de componentes e por peritos.

É mencionado na ISA 300 que a natureza e a extensão das atividades de planeamento variarão de acordo com a dimensão e complexidade da entidade, com a experiência prévia que o auditor adquiriu na entidade em períodos anteriores e com alterações circunstanciais que eventualmente ocorram durante o trabalho de auditoria.

No decorrer do estágio na AMM, durante o planeamento de uma auditoria aprendi que o auditor responsável por uma determinada auditoria deve adquirir um conhecimento aprofundado sobre o cliente e o seu contexto, incluindo o controlo interno. Entre os aspetos que o auditor deve considerar estão os fatores regulatórios, a natureza das operações

realizadas, a estrutura de financiamento, as políticas contabilísticas em vigor, os objetivos e estratégias empresariais, bem como os investimentos realizados ou previstos. Além disso, é essencial que compreenda e se familiarize com os componentes do controlo interno da entidade auditada.

As informações consideradas mais relevantes pelo auditor responsável devem ser transmitidas aos auditores juniores, de forma a melhorar a eficácia das análises por eles realizadas.

Cabe ao auditor responsável pelo cliente estabelecer o nível de materialidade aplicável. Este valor poderá ser revisto ao longo do processo de auditoria, dependendo dos resultados obtidos à medida que os trabalhos avançam.

O auditor responsável pela auditoria de uma entidade deve realizar uma análise global das demonstrações financeiras, comparando as rubricas com os exercícios anteriores. Este procedimento permite identificar as áreas com maior nível de risco, que deverão ser alvo de uma atenção mais aprofundada ao longo do processo de auditoria.

À medida que se aproxima a data da visita, o auditor responsável pela auditoria deve fornecer orientações claras aos auditores juniores sobre as análises que deverão realizar em cada fase do processo, nomeadamente antes, durante e após a visita à empresa auditada.

6.6 Revisão analítica

A revisão analítica na auditoria é um procedimento que analisa relações e tendências nas demonstrações financeiras, comparando dados atuais com expectativas ou períodos anteriores. O objetivo é identificar variações ou inconsistências significativas que possam indicar potenciais erros ou fraudes e que justifiquem uma análise mais aprofundada.

Desta forma na AMM O auditor responsável pela auditoria de uma entidade deve realizar uma revisão analítica global de todas as rubricas das demonstrações financeiras, comparando os valores com os dos anos anteriores.

Este processo tem como objetivo identificar as áreas de maior risco que possam exigir maior atenção e análise aprofundada durante a auditoria. Ao aplicar esta abordagem, o

auditor consegue priorizar os recursos e concentrar os seus esforços nas áreas mais críticas, assegurando uma avaliação rigorosa e eficiente da situação financeira da entidade.

Quando há desvios significativos, o auditor investiga as causas e discute com a administração para obter explicações. Este processo ajuda a identificar potenciais riscos e direciona o foco da auditoria para áreas que possam requerer uma análise mais detalhada. A revisão analítica na AMM é essencial para garantir a eficácia da auditoria e a credibilidade das contas analisadas.

6.7 Inventarios

Contabilizado na conta 3 – os inventario corresponde o ativo corrente, definido pelo NCRF 18 do SNC no seu parágrafo 9 e 25. O parágrafo 9 define que os inventários devem ser mensurados pelo custo pelo valor líquido dos dois mais baixos. Já no parágrafo 25, especifica os métodos de custeio, como o custo médio ponderado e o FiFo que é o (primeiro a entrar, primeiro a sair), que podem ser utilizados para atribuir o custo dos inventários.

Segundo a ISA 501, Prova de auditoria – Considerações Específicas para Itens Seleccionado do IFAC, “trata da obtenção de evidência de auditoria suficiente e apropriada, com foco em itens específicos que exigem uma atenção especial do auditor. Um dos itens destacados na norma é o inventário”.

- O auditor deve observar fisicamente a contagem de inventários quando a existência de inventários for relevante para as demonstrações financeiras;
- Caso a contagem de inventário seja realizada em um momento diferente do fecho do período, o auditor deve realizar procedimentos adicionais para verificar a quantidade de inventário no final do período (como observação física em outro momento ou confirmação com a administração);
- O auditor deve avaliar o método de contagem e os controlos internos da entidade para garantir que a contagem seja realizada corretamente e que os inventários estejam bem registados;

Desta forma, o teste ao inventário realizado pela a AMM, procura validar saldos das contas 32- mercadoria, 33- Matéria-prima subsidiária e de consumo, e 34 - produto acabados e intermédio. Pelo confronto como o total do inventario valorizado, bem como fazer uma análise da permanência dos artigos em inventários, uma análise à valorização, garantindo que a quantidade multiplicada pelo preço do artigo corresponde ao efetivo o registo pelo cliente feito e ainda uma análise de variação de preço dos artigos entre períodos. Como mostra a figura 9.

Figura 9 - Teste ao inventario

Fonte: AMM & Associados, SROC, Lda.

Alberto Martins, Magalhães & Associados, SROC, Lda.										
#VALOR!										
Totais										
					2 032 516,93	0,00		257 036,07	257 036,07	
Código	Descrição Activo Imobilizado	Ano Aquisição	Mês Ut	Ano Ut	Valor	Exerc Ant	Taxa	Valores	Acumuladas	OBS
2475	Trespasse Contrato Clinica Lousa (CSSF-	2021	2	2021	16 137,30	0,00	9,17	1 479,25	1 479,25	
1590	Ecografo - cardiologia	2021	2	2021	1 221,40	0,00	30,55	373,17	373,17	
1590	Ecografo	2021	2	2021	30 110,40	0,00	30,55	9 199,48	9 199,48	
1590	Mamografo	2021	2	2021	3 064,69	0,00	30,55	936,34	936,34	
1590	Ortopantomógrafo	2021	2	2021	5 916,31	0,00	30,55	1 807,58	1 807,58	
1590	RX Convencional	2021	2	2021	7 664,77	0,00	30,55	2 341,78	2 341,78	
1590	Tomografia Computorizada	2021	2	2021	59 696,00	0,00	30,55	18 238,62	18 238,62	
1590	Base para instalação de OP/OC 200	2021	2	2021	1 452,68	0,00	30,55	443,83	443,83	
1590	Desfibrilhador	2021	2	2021	591,07	0,00	30,55	180,59	180,59	
1590	Estacao Trabalho Workstation Med Dia	2021	3	2021	6 703,50	0,00	27,78	1 861,90	1 861,90	
1590	Grande Reparação Gama Camara GE (lv	2021	1	2021	9 521,38	0,00	33,33	3 173,48	3 173,48	
1590	GR Mamografo Mammomat 1000 (CSSF	2021	3	2021	3 345,60	0,00	27,77	929,24	929,24	
1590	Sonda Cardiaca para Ecografo GE Logiq	2021	3	2021	6 520,23	0,00	27,77	1 810,99	1 810,99	
1590	GR RX Philips Optimus 50 (radiologia Ca	2021	4	2021	3 997,50	0,00	25,00	999,28	999,28	
1590	GR Gama Camara _GE (Diaton MN CBR	2021	4	2021	17 800,56	0,00	25,00	4 449,70	4 449,70	
1590	GR Equipamento Imagiologia CSSF	2021	4	2021	5 105,73	0,00	25,00	1 276,30	1 276,30	
1590	GR Equipamento Imagiologia Alcobaça	2021	4	2021	6 439,05	0,00	25,00	1 609,60	1 609,60	
1590	GR Equipamento Imagiologia CHSF LEIR	2021	4	2021	1 608,84	0,00	25,00	402,17	402,17	

Em suma a ISA 501 do IFAC, garante que o auditor obtenha a evidência necessária para avaliar a validade e a precisão dos inventários e outros itens específicos, como litígios, que podem ter impacto significativo nas demonstrações financeiras. Estes procedimentos são fundamentais para que o auditor possa expressar uma opinião fundamentada sobre a fiabilidade das contas da entidade.

6.8 Meios financeiros líquidos

6.8.1 Depósitos à ordem

De acordo com as notas de enquadramento do SNC, na classe 1 registam-se os meios financeiros líquidos que incluem: Dinheiro; Depósitos bancários; Ativos financeiros

mensurados ao justo valor; Passivos financeiros mensurados ao justo valor; Cujas alterações sejam reconhecidas na demonstração de resultados esta classe é constituída pelas seguintes contas (do 1º grau = contas do razão → contas de 2 dígitos):

11 - Caixa

12 - Depósitos à ordem

13 - Outros depósitos bancários

14 - Outros instrumentos financeiros

Na conta 12 - Depósitos à Ordem. Esta conta respeita aos meios financeiros disponíveis em contas à ordem nas instituições financeiras. Geralmente apresenta saldo devedor, trata-se de um ativo corrente. Caso o saldo seja credor, estamos em presença de um passivo corrente.

Esta conta debita-se. Pelos depósitos efetuados, Pelas transferências recebidas de clientes, Pelos empréstimos obtidos, e Pelos juros recebidos. E credita-se. Pelos pagamentos efetuados por cheque, Pelos pagamentos efetuados por transferência bancária, Pela amortização de empréstimos, e Pelos juros.

Portanto à de ter em conta as seguintes situações da Conciliação de saldos que é a Comparação entre o saldo da contabilidade e o do extrato bancário. Neste caso os saldos das contas bancárias expressos em moedas diferentes do euro devem ser convertidas pela taxa de câmbio da data do balanço. Desta forma, os descobertos bancários devem ser registados na subconta 2512 sendo, assim, apresentados no balanço (Passivo) como Financiamentos obtidos.

Caso à data do balanço existam contas bancárias cujos saldos sejam expressos em moedas diferentes do € devem ser convertidos de acordo com taxa de câmbio à data do balanço originando diferenças de que podem resultar: Diferenças de câmbio favoráveis ou Diferenças de câmbio desfavoráveis.

A conta (13)-Outros depósitos bancários. Esta conta inclui depósitos a prazo e outros depósitos, nomeadamente, os depósitos com aviso prévio. Debita-se Pela constituição

desses depósitos, Pelo reforço desses depósitos. e Credita-se Pelo resgate total ou parcial desses depósitos.

Neste caso, a AMM, Passa por confrontar os saldos das diferentes contas de Depósitos ordem, (12), com informação externa, extratos bancários. O método utilizado é o preenchimento de um ficheiro, como mostra a figura, com os saldos da contabilidade e o saldo contabilístico do extrato. Muitas vezes estes valores são discordantes aí recorre-se aos ficheiros de conciliações bancarias providenciados pelos clientes e apura-se a correção dos dados. Também quando se recorre à utilização de conciliações valida-se que estas são sanadas no extrato do mês posterior que a AMM também solicita para a preparação às visitas, como ilustra a figura 10.

Figura 10 - Teste de Depósitos á ordem

Fonte: AMM & Associados SROC, Lda.

CONTA	DESCRIÇÃO	Mês de Referência: MAIO		Diferença Total	Movimentos considerados pelo banco e não contabilizados pela empresa		Dos quais, pertencem a anos anteriores:	Movimentos considerados pela contabilidade e não considerados pelo banco		Dos quais, pertencem a anos anteriores:	Diferenças por Conciliar	Notas
		SALDO Contabilidade	SALDO Banco		DEB	CRED		DEB	CRED			
1202	SANTANDER TOTTA	113 132,17	52 869,81	60 262,36	75 565,75	3 301,82	21 283,75	3 104,12	15 105,69	-13 336,73	0,00	1
1203	CGD	66 816,94	67 290,03	-473,09	156,00	629,09	-613,09				0,00	2
1204	MONTEPIO GERAL	7 124,59	3 209,81	-10 334,40	2 418,60	15 266,76	-8 379,56	2 656,42	142,66	58,96	0,00	3
1205	BPI	377 035,72	-363 668,58	-13 367,14	1 021,58	7 565,91	-2 035,19	199,84	7 022,65	-615,68	0,00	4
1206	NOVO BANCO	20 992,50	28 523,82	-7 531,32	108,70	9 094,11	-1 837,75	1 454,09		750,20	0,00	5
1207	MILLENNIUM BCP	94 916,43	96 284,38	-1 367,95	569,60	2 380,82	-781,30	2 049,80	1 606,53	-1 584,55	0,00	6
1208	BIC	291 713,92	293 720,93	-2 017,01	993,54	4 (13)	5 617,76	2 528,38	894,80	-774,80	0,00	7
1212	BANKINTER	57 105,15	59 044,74	-1 939,59		2 593,04	-1 292,04	653,45		4,44	0,00	8
				0,00							0,00	
				0,00							0,00	

Segundo a ISA 240- A Responsabilidades do auditor relativa a fraude numa auditoria de demonstração financeira do IFAC, As perguntas ao órgão de gestão podem fornecer informações úteis aos auditores sobre os riscos a que estes estão sujeitos. Entretanto, o auditor deve documentar os riscos de fraude identificados, os procedimentos aplicados para lidar com esses riscos e qualquer fraqueza de controlo interno encontrado.

Através deste teste, torna-se viável verificar a existência, a classificação e, em certos casos, a completude das transacções, especialmente quando os sistemas de contabilidade e vendas são distintos e não possuem integração automática entre si.

6.9 Contas a receber e a pagar

6.9.1 Circularização

Segundo a ISA 500 no seu paragrafo A31- Prova de Auditoria, do IFAC “A fiabilidade da prova de auditoria aumenta quando é obtida de fontes independentes fora da entidade”.

A circularização é um procedimento de auditoria essencial, considerado praticamente indispensável devido à sua relevância, pois permite ao auditor obter evidência externa fiável.

No início de cada ano, enviamos um e-mail a todos os clientes contendo três minutas, (como ilustra os anexos 6,7, e 8), que devem ser enviadas, respetivamente, para todos os bancos, advogados e seguradoras com os quais colaboram nos primeiros dias de janeiro.

O objetivo é garantir que recebemos todas as respostas necessárias para o fecho do ano.

Quando não se realiza uma circularização integral, o procedimento inicial para as confirmações de saldos de clientes, fornecedores e outros devedores ou credores consiste na seleção dos elementos por meio de amostragem. Por outro lado, instituições bancárias, escritórios de advogados, seguradoras, são sempre circularizados na sua totalidade.

Posteriormente, preparam-se as respetivas minutas das cartas que serão enviadas para obter as respostas necessárias. A AMM dispõe de um ficheiro padrão que inclui diversas rubricas, como saldo de contas correntes, títulos, entre outros. Este ficheiro é preenchido caso a caso, (conforme ilustrado no Anexo 4).

No caso das cartas enviadas a clientes ou outros devedores, é indicado o saldo de cada entidade na data do balancete, permitindo que estes confirmem o montante registado nos livros da empresa. Já nas cartas destinadas a fornecedores ou outros credores, o saldo não é mencionado solicita-se, em vez disso, que informem o valor registado nos seus próprios livros na data do balancete. Para garantir a precisão, é pedido ao terceiro que envie, juntamente com a minuta, o extrato que permita ao auditor verificar o montante, validando ainda a referência, o valor do extrato e o nome do cliente ou fornecedor.

Após a preparação, as cartas são remetidas por correio ou e-mail à entidade auditada, que se encarrega de ré enviá-las aos terceiros previamente selecionados. Todo o processo é supervisionado e realizado com o conhecimento do auditor responsável.

Após um período de tempo, procedia-se à organização das circularizações. Este processo consistia em consultar o ficheiro base para identificar as entidades que responderam e as que não responderam, atualizando assim o ficheiro correspondente.

A partir desta análise, podiam surgir as seguintes situações:

- **Resposta coincidente**

Quando a análise da resposta indicava que o saldo reportado pelo devedor ou credor a 31 de dezembro era igual ao registado na contabilidade, o saldo apresentado era validado. Para tal, a resposta recebida era assinalada com um visto e a assinatura do responsável, confirmando a correspondência com o valor mencionado na carta enviada pela SROC.

- **Resposta divergente**

Caso houvesse discrepâncias entre o saldo indicado pelo devedor ou credor e o valor registado na contabilidade, procedia-se à análise detalhada. Esta consistia em comparar os valores constantes dos extratos recebidos com os registos contabilísticos, identificando os itens que não coincidiam. Posteriormente, realizava-se a conciliação, verificando as diferenças, que geralmente resultavam de saldos iniciais omitidos ou faturas não contabilizadas.

- **Falta de resposta**

Se nenhuma resposta fosse obtida, era enviado um segundo pedido e, se necessário, um terceiro. Persistindo a ausência de resposta, a situação era classificada como “sem resposta” e adotavam-se procedimentos alternativos, uma vez que era essencial justificar os saldos. Nestes casos, solicitava-se à empresa auditada o envio de um extrato da conta corrente atualizado após 31 de dezembro. O objetivo era comparar estes dados com os documentos registados no ODC, o Auditor, identifica

os movimentos pendentes no final do ano, verificar se coincidem com o saldo apresentado e analisar os documentos que originaram os registos contabilísticos. Além disso, verificava-se se existiam evidências de liquidação posterior.

Após recepção de informações provenientes de advogados, seguradoras e bancos. AMM tem como política que, à medida que recebem informações provenientes de advogados, seguradora e bancas, estas são registadas e comparadas com os dados obtidos no ano anterior. Casos se detectem lacunas ou inconsistências, o auditor responsável é consultado para garantir que nenhuma informação relevante está em falta.

Figura 11 - Controlo CIRC

Fonte: AMM & Associados, SROC, Lda

ADVOGADOS	SEGURADORAS	BANCOS RECEBIDO - VERDE / NÃO RECEBIDO - VERMELHO																		
		BANKINTER	IGCP	BIC	BPI	CGD	CCA	BCP	Montepio	NB	Popular	S TOTTA	ABANK	BEVA	BANCO DO BRASIL	BBV ESPANHA	INTERATLANTICO	BEST	PRIVATIBANK	BIG
Amílcar José Sandinha VFA & Associados	Fidelidade					CGD														
Glória Barros	Victoria Fidelidade																			
	Gama Life Agêas Fidelidade (2)					CGD		BCP												
	Lusitânia	BANKINTER		BIC			CCA	BCP		NB		S TOTTA		BEVA						
				BIC		CGD		BCP	Montepio	NB			ABANK							

No início de cada ano, faz-se um levantamento de todas as instituições bancárias com as quais cada cliente mantém relações. As respetivas células no ficheiro de controlo devem ser marcadas a vermelho. À medida que as respostas das cartas são recebidas, as células correspondentes devem ser atualizadas, alterando a cor para verde para indicar que a informação foi recebida. Como mostra a figura supra 11.

E por último, Todas as respostas recebidas devem ser devidamente organizadas e arquivadas para garantir a rastreabilidade e facilitar consultas futuras.

6.9.2 Clientes

A confirmação dos saldos de clientes desempenha um papel crucial no trabalho do auditor, sendo uma das principais formas de obter evidência de que os valores registados como

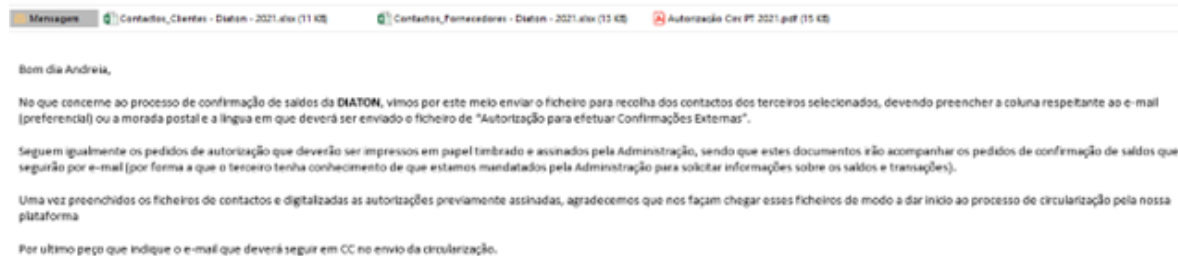
ativos no balanço são reais, estão devidamente contabilizados e corretamente avaliados. Na AMM, a circularização dos saldos de cliente é realizada de forma sistemática, seguindo procedimentos rigorosos que asseguram a precisão e a validação dos valores apresentados nas demonstrações financeiras. Desta feita são selecionados e escolhidos os clientes a circularizar com base na materialidade, ou seja, os que apresetam saldos mais significativos, além disso são aplicados uma amostragem aleatória para incluir outros clientes de menor expressão, garantindo uma análise ampla.

No âmbito do processo de circularização dos clientes, elabora-se uma minuta específica com a informação necessária para a confirmação dos saldos, isto é saldo a 31 de Dezembro ou a data de referência do balancete, adicionalmente, preparava-se uma minuta para facilitar à resposta do cliente. A seleção dos clientes a circularizar recaía sobre aqueles com os saldos mais elevados ou escolhidos aleatoriamente, sendo o procedimento realizado no final do período contabilístico.

É enviada carta por correio ou e-mail, e o auditor assegura a rastreabilidade do envio, mantendo um controlo rigoroso das cartas enviada e resposta dentro do prazo estipulado, como ilustra a figura 12.

Figura 12 - E-mail enviado ao cliente

Fonte: AMM & Associados, SROC, Lda.



Normalmente as respostas são concordantes, divergentes, falta de resposta ou alternativa. A resposta é registada e arquivada como evidência quando o cliente confirma o saldo indicado, em caso de discrepância o auditor investiga a origem das diferenças, conciliando os valores entre os registos da empresa e os extratos fornecidos pelo cliente, se houver ausência de resposta o auditor recorre a procedimentos alternativos onde é feita uma análise

de extrato de conta corrente posterior à data do fecho. No fim do período AMM, arquiva e organiza todas as respostas num ficheiro de controlo, garantindo assim cumprimento das normas aplicáveis.

A integração das respostas recebidas dos clientes seguia uma indexação designada por A2C e podia ser feita de duas formas. Uma das opções consistia em registar as respostas diretamente no sistema SIPTA.

São introduzida a resposta e adicionada nos ficheiros através do link que o SIPTA envia nos e-mails de circularização e nós posteriormente fazemos o confronto da resposta do terceiro com a informação que consta na contabilidade do nosso cliente.

Digitalizar e arquivar a digitalização no servidor. Adicionar esta resposta no SIPTA arquivar a carta no separador o da pasta física do cliente.

Nesta área, além de realizar o processo de circularização, procedeu-se também ao levantamento dos clientes com saldos mais elevados em contas correntes, de clientes com valores pendentes em títulos a receber e daqueles que apresentavam saldos credores (saldos contra natura). Este trabalho envolveu a análise detalhada do balancete de clientes, identificando os casos que cumpriam estes critérios e registando as respetivas observações no relatório.

Adicionalmente, realizou-se o cruzamento entre o balancete contabilístico e o balancete comercial, com o objetivo de garantir que os saldos dos clientes estavam devidamente alinhados. Durante esta verificação, identificou-se uma discrepância num dos casos. O cliente em questão foi informado da situação e, em resposta, forneceu um balancete atualizado, permitindo uma nova análise para corrigir a inconsistência detectada.

6.9.3 Fornecedores

Os procedimentos realizados para a rubrica de fornecedores seguem uma abordagem muito semelhante à adotada para os clientes. A confirmação dos saldos de fornecedores é essencial para o trabalho do auditor, pois permite obter evidências de que os valores

registados no passivo da entidade estão devidamente contabilizados e corretamente avaliados.

No que respeita ao processo de circularização de fornecedores, foi preparada uma minuta específica para solicitação de informação sobre os saldos, Normalmente, são selecionados para circularização os fornecedores com saldos mais significativos, podendo esta ser realizada à data de encerramento do exercício ou a uma data anterior.

O registo das respostas recebidas seguia o mesmo método utilizado para os clientes, diferenciando-se apenas na indexação, que neste caso era designada por "P3A – Circularização a Fornecedores".

Além do processo de circularização, foi também realizado o cruzamento entre o balancete comercial e o balancete contabilístico, de forma a verificar a coerência dos saldos apresentados. Procedeu-se ainda à identificação e análise de fornecedores que apresentavam saldos devedores.

No caso específico de fornecedores que operavam em moeda estrangeira, foi verificado se os saldos estavam atualizados de acordo com a taxa de câmbio vigente na data correspondente, garantindo a correta valorização das contas.

6.9.4 Software da Contabilidade VS Software Comercial

Dando sequência na rubrica de cliente e fornecedor. Esta rubrica tem como objetivo fazer o confronto entre duas realidades, que é a informação da contabilidade e a informação da gestão comercial, para tal utiliza o saldo contabilístico da conta - 21 e o valor acumulado do Software da gestão comercial cliente, a informação da gestão comercial é solicitada a cliente em formato Excel ou pdf, como ilustra a figura 13.

Figura 13 - Teste á gestão comercial

Fonte: AMM & Associados, SROC, Lda.

Nº Cliente	Designação Gestão Comercial	Saldo Contabilidade	Saldo Gestão Comercial	Diferença de saldos	05.2020	09.2020	Obs 05.2020	Obs 09.2020	Obs DEZEMBRO/2020
00465	VERA MONICA MOREIRA MARTINS	0,00	57,79	-57,79	-57,79	-57,79	0	0	
00753	ANTONIO AUGUSTO ALVES MARTINS	0,00	66,64	-66,64	-66,64	-66,64	0	0	
00776	PATRIMVS INDUSTRIAL S.A.	0,00	68,44	-68,44	-68,44	-68,44	0	0	
00821	COVIALIMENTAR - Comercio Dist. A	0,00	13,54	-13,54	-13,54	-13,54	0	0	
00889	JUVENAL GONCALVES, Unipessoal,	0,00	497,79	-497,79	-616,81	-736,12	Conta 575 na CTB	Conta 575 na CTB	Conta 575 na CTB
00919	RICARDO ANTÓNIO DORIA DOS SA	0,00	476,05	-476,05					Conta 236 na CTB
00923	CHARFRUTI - Produtos Alimentares	0,00	290,49	-290,49	-412,91	-231,40	Conta 875 na CTB	Conta 275 na CTB	Conta 275 na CTB
10057	ANA MARIA DE BRITO NOGUEIRA FE	0,00	-321,62	321,62	321,62	321,62	0	0	0
Clientes/Fornecedores inexistentes na Gestão (3)				163 987,59					

* Filtrar por "N/D" na coluna "Designação Gestão Comercial", na Sheet "Teste" - colar nº cliente					Diferenças				
Nº Cliente	Designação Contabilidade	Saldo Contabilidade	Saldo Gestão Comercial	Diferenças Saldos	05.2020	09.2020	Obs 05.2020	Obs 09.2020	Obs /
00236	RICARDO ANTÓNIO DORIA DOS SA	476,05	0,00	476,05					
00575	JUVENAL GONCALVES, Unipessoal,	497,79	0,00	497,79	616,81	736,12	0	0	0
00875	CHARFRUTI - Produtos Alimentares	290,49	0,00	290,49	412,91	231,40	0	0	0
00018	ANA MARIA DE BRITO NOGUEIRA FE	124,58	0,00	124,58	124,58	124,58	nl	nl	nl

Este é o teste padrão definido pela a AMM, para essa validação é um teste de continuidade, portanto usado de período em período. Assim para além da validação dos saldos de contas correntes é também possível uma análise a permanência de saldos irregulares. Por norma nessa análise não são considerados saldo de adiantamento conta - 218 e imparidade contam - 219, pontualmente se durante análise for reconhecido que a gestão comercial considera estes valores, estes passam então a serem considerados também no confronto pela AMM. A consideração dos saldos - 217 cobranças duvidosas, estes são tratados caso a caso por não se verificar uma forma padronizada de registros entre clientes.

Se a entidade recorrer a um software que automatize a integração das vendas nos registos contabilísticos, ou vice-versa, a aplicação do teste em análise pode perder eficácia. De forma semelhante, quando a mesma pessoa é responsável tanto pela área comercial como pela contabilidade, a qualidade da prova de auditoria obtida pode ser comprometida, não garantindo o nível de fiabilidade esperado.

Assim, os auditores começam por avaliar como é efetuada a integração das vendas e verificam se a entidade assegura uma adequada segregação de funções. Quando se confirma que o teste pode ser aplicado de forma eficaz e eficiente, a AMM solicita o balancete do departamento comercial relativo aos clientes, para posteriormente o comparar com o balancete da contabilidade.

Mais uma vez, diferenças obtidas que sejam consideradas materiais pelo auditor são levadas até a contabilidade para o esclarecimento.

Também devemos ter atenção que algumas diferenças podem ser justificadas sem “incomodar” o cliente, como no caso de haver terceiros pontuais em que os códigos da comercial não coincidem com os códigos da contabilidade.

A Semelhança do teste a gestão comercial cliente, o teste a gestão comercial de fornecedores é feito pelo confronto da informação do SOFTWARE da gestão comercial com a contabilidade, só que agora com a conta 22, e análise semelhante à conta de adiantamento - 228. O procedimento detalhado do teste está relatado no tópico supra.

Através deste teste, torna-se viável verificar a existência, a classificação e, em certos casos, a completude das transações, especialmente quando os sistemas de contabilidade e vendas são distintos e não possuem integração automática entre si.

6.9.5 Estados e outros entes públicos

Começamos por selecionar a conta 24. Está rubrica tem como objetivo de verificar o pagamento a entidades públicas (autoridade tributária e segurança social), nomeadamente pagamento de impostos, como: Imposto do Valor Acrescentado (IVA), retenções na fonte do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (RF IRS IRC) e a taxa social única (TSU). O procedimento também requer solicitar declarações de não dívidas, caso existam, as sintonias temporais nos pagamentos, como ilustra a figura 14.

Figura 14 - Teste ao estado e outros entes publicos

Fonte: AMM & Associados, SROC, Lda.

MOV	Conta	Descrição	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
	24121	Ret.Fonte s/ Rend.Capitais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
	2416	IR a Pagar	2 346,75												
	2421	Ret.IR s/ trabalho depend	108,00	139,00	139,00	139,00	139,00	139,00	139,00	139,00					
	2422		1 376,26	2 122,12	241,50	2 646,76	1 883,63	180,20	146,28						
	24221	Ret.IR s/ rendimentos profis	46,00	84,15	0,00	375,00	54,35	69,00	0,00						
	24222	Ret.IR s/ rendimentos empr	1 330,26	2 037,97	241,50	2 271,76	1 829,28	111,20	146,28						
	2433113	IVA -Liq. - Op Ger. - M.Int. -Tx.Norm.		502,21		0,00									
	2433123	IVA -Liq. - Op Ger. - A.I.B.-Tx.Norm.		32,20		115,00			97,98	52,75					
	2433193	Iva - Liq. - Dev.p/Adquir. -Tx.Norm.	10 820,19	10 562,73	30 238,92	12 743,90	26 032,37	16 969,90	1 071,78						
	243413	IVA - Reg Mens. (Trim.)Fav emp.-Tx.Norm.			0,00	52 271,25			55 976,68						
	2435	IVA - Apuramento				51 759,15		0,00							
	2436103	IVA a Pagar-Março													
	2436106	IVA a Pagar-Junho													50 176,55
	2436112	IVA a Pagar-Dezembro	7 523,71		0,00										
	2437106	IVA a Recuperar-Junho	0,00												123,61
	2437109	IVA a Recuperar-Setembro	0,00												4 604,74
	2451	Instituicoes de Previdencia	818,37	847,67	846,99	848,01	846,99	848,01	847,33						
	24871	Out Trib.-Fundo de Compen	21,09	21,83	21,83	21,83	21,83	21,83	21,83						
	24872	Out Trib.-Fundo de Compen	1,71	1,77	1,77	1,77	1,77	1,77	1,77						
	111	Caixa Geral	0,00	2 265,93	369,49	956,37	103,22	2 257,24	315 662,74						
	1201	BCP-Millennium	0,00	361 790,78	97 144,70	339 387,92	167 717,66	154 881,92	130 016,96						
	1205	Novo Banco		290 409,64	960 237,46	4 779,73	7,28	305 085,57	256 079,85						
	1208	BPI	0,00	128,20				5,20	13,86						
	1213	SANTANDER TOTTA	0,00	1 677,03	5 007,90	7,90	45 698,13	5 076,11	1 037,59						
	1216	EUROBIC						0,00							
	1285	Novo Banco- Conta Margem			0,00										
	13105	Novo Banco	0,00	7,46	960 013,74	5 004,06	3,69	375 503,60	185 607,17						

Durante o estágio na AMM/ SROC. Usei a conta 241, para efetuar o cálculo a partir do modelo 22 do ano anterior. Que ao longo do ano vai confrontar com os pagamentos por contas efetuados, após o confronto do saft de contabilidade ao “MOV”, verifica se os valores pagos de PPC e PAC conferem com os nossos cálculos (pagamento antecipados de IRC no portal da AT). Para completar estas planilha é necessário verificar se os valores estão agregados para uma correta análise, como mostra a figura supra 9.4.

Para conta 242, de retenção de imposto a trabalhadores dependentes e independentes, é validada pelo confronto mensal de documentos como a guias de retenções da AT e respetivos saldos da contabilidade. Como ilustra a figura.

Tal como a análise das contas anteriores, a análise da conta 243- é feita a partir de documentos do site da AT. Desta vez a declarações periódica de IVA. Por existir empresas cujo pagamento do IVA não é mensal, estas declarações podem ser mensais ou trimestrais. Este teste é preenchido da seguinte forma: colocamos os valores que aparecem nas guias, isso na linha azul do lado esquerdo “imposto a recuperar” do lado direito “imposto a pagar” após o preenchimento verificou se as alinhas abaixo têm a indicação “OK” por forma a verificar se está correto. Como ilustra a figura 15.

Figura 15 - IVA

Fonte: AMM & Associados, SROC, Lda.

Imposto a Pagar			51 759,15
Cálculo Automático:			51 759,15
	FALSO	FALSO	OK
			51 759,15
	0,00	0,00	0,00

20/05/2022

Por último as contas 245, são validadas com documentos do site da segurança social, guias e comprovativo de pagamento de taxa social única (TSU). Neste teste é onde é feito o confronto entre a contabilidade e o que foi pago a segurança social, após o preenchimento é necessário verificar se tem diferença e se houver é preciso relatar. A figura 16 mostra um teste sem diferenças.

Figura 16 - TSU (Segurança Socia)

Fonte: AMM & Associado, SROC, Lda.

	ABERTURA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO
RETIDO A TRABALHADORES		268,33	268,11	268,43	268,11	268,43	268,22	-
PARTE PATRONAL		579,34	578,88	579,58	578,88	579,58	579,11	-
2451 TOTAL LIQUIDADO	818,37	847,67	846,99	848,01	846,99	848,01	847,33	-
TOTAL GUIA DE PGTO		847,67	846,99	848,01	846,99	848,01	847,33	
CONTROLO DO PGTO	DATA	17-02-2022	17-03-2022	20-04-2022	27-05-2022	20-06-2022	20-07-2022	
	MEIO DE PGTO							
	DIF# PAGO/LIQº		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
N.Cheque e Banco								
Data Desc. e Nº Extracto								

Esta foi o teste cuja validação dos saldos foi mais complexa, por existirem muitos fatores suscetíveis a erros por partes dos clientes. Que dão origem a retificações recorrentes. Portanto foi privilegiada a validação dos saldos globais em conjunto com a validação de situações tributária regularizadas nas declarações não dívidas, mesmo assim a situações não aceitas por auditores que tem de ser averiguados juntos da contabilidade.

6.9.6 Financiamentos Obtidos

Contabilizado na conta 25 – os financiamentos obtidos correspondem a passivo financeiro, definido pelo NCRF 27- instrumento financeiro, do SNC, no seu parágrafo 5, refere-se a passivos financeiros que representam obrigações da entidade em relação a financiamentos ou empréstimos recebidos, que devem ser reconhecidos e mensurados de acordo com os princípios dessa norma. O financiamento obtido no contexto da NCRF 27 inclui: Reconhecimento inicial, Mensuração subsequente, Classificação do balanço e requisito de divulgação. Portanto a conta 25 - financiamento obtido deve refletir com precisão as responsabilidades financeiras da entidade e ser apresentada de forma a permitir uma compreensão transparente das suas obrigações.

Segundo a ISA 330, (As respostas do auditor a riscos avaliados). O auditor deve implementar procedimentos de auditoria que respondam adequadamente aos riscos identificados, incluindo a verificação da mensuração, apresentação e divulgação dos financiamentos obtidos para garantir a conformidade com a NCRF 27.

O principal objetivo da análise desta rubrica é determinar, se os saldos evidenciados são legítimo se não existem financiamentos não reconhecidos, se os saldos estão adequadamente valorizados e contabilizados, se são empréstimo e outras formas de financiamentos como: (locação financeira, cartões de credito, factoring, leasings e outras formas de créditos) contraídos pela entidade no decurso da sua atividade econômica.

Um dos procedimentos mais importante nesta área é confirmar junto do Mapa CRC do Banco de Portugal, a lista de responsabilidade do cliente a fim de confirmar se os valores que constam nos balancetes na conta 25 coincidem. E se os valores não coincidirem deve o auditor averiguar a razão, inquirindo a contabilidade da empresa a fim de perceber a sua razão.

Por vezes pelo fato de a contabilidade fazer divisões nas suas contas, como por exemplo, entres os financiamentos correntes e não correntes, tem de proceder a um ajustamento prévio dos saldos da contabilidade para garantir que esses conferem com os valores do mapa Central de Responsabilidade de Crédito do Banco de Portugal.

Como ilustra a figura, Após o preenchimento dos dados, verificar as diferenças e se houver reportar na área “I” no SIPTA (Software)., onde colocamos as diferenças detectadas em cada financiamento e se o prazo da análise foram contratualizados novos empréstimos. É importante ter todos os contratos de financiamentos da empresa, como ilustra a figura 17.

Figura 17 - Teste a Financiamentos obtidos.

Fonte: AMM & Associados, SROC, Lda.

CONTA	DESCRIÇÃO	Saldo contabilidade	Mapa Resp. Banco Portugal	Diferença	Tipo de Financiamento	Início	Fim	Valor	Periodicidade
2511110010	CARTÃO DE CRÉDITO BCP	-2,50	453,50	451,00	Cartão Crédito	05/05/2016			
2511110011	EMPRESTIMO BCP 75221	-70 833,38	71 935,80	1 102,42	Financiamentos à at	28/03/2019	15/09/2026	4 396,46	Trimestral
2511110013	EMPRESTIMO BCP 7531	-383 333,38	383 333,38	0,00	Financiamentos à at	14/05/2020	07/05/2026	8 663,42	Mensal
2511110008	Cartão crédito SANTANDER	-4,37	4,37	0,00	Cartão Crédito	02/11/2015			
2511110009	Contrato de crédito 6000951 AE-57-DM	-24 374,04	24 378,68	4,64	Financiamentos à at	04/12/2020	11/12/2023	1 436,95	Mensal
2532001	Antonio Jose Loureiro Pascoal	-45 632,93		-45 632,93					
				0,00					
				0,00					
		-524 180,60	480 105,73	-44 074,87					
				0,00					

Na visita de fecho, é importante verificar a separação entre financiamentos de curto prazo e de médio/longo prazo, isso é feito através dos planos de pagamento dos empréstimos que a empresa terá que fornecer, para isso é depois preenchida uma folha da CLC.

O Mapa de Responsabilidade de Crédito fornece o capital em dívida à data solicitada, bem como a data de início e de fim do empréstimo ou locação, o tipo de produto financeiro, a sua periodicidade, a sua garantia e o montante a creditar a cada período. Sendo de esta maneira possível identificar eventuais passivos financeiros ocultos na contabilidade. (como ilustra o Anexo 5).

6.10 Saldos credores

6.10.1 Teste contranatura

Adicionalmente, é realizada uma análise específica às contas a receber e a pagar, focando-se na identificação de saldos contranatura. Estes correspondem a saldos credores registados em contas de clientes e saldos devedores em contas de fornecedores, que, por norma, não deveriam ocorrer.

Durante o estágio, aprendi que estes testes são efetuados com base exclusivamente na informação contabilística. Na AMM, o procedimento inclui a utilização do mapa de

variações mensais, que permite monitorizar as alterações nos saldos ao longo do período. Este método facilita a identificação de situações atípicas e possibilita uma análise detalhada dos movimentos contabilísticos.

Além disso, é validado se os saldos permanecem inalterados durante o período analisado, ou seja, se são idênticos aos saldos de abertura, o que poderia indicar inatividade ou potenciais erros no registo. Esta abordagem assegura que os saldos das contas refletem a realidade das transações e são consistentes com os princípios contabilísticos aplicáveis.

Em situações em que são detectados erros no registo de adiantamentos de clientes, a AMM recomenda que a correção seja efetuada de forma a garantir o cumprimento integral dos princípios contabilísticos e a apresentação fiel da informação financeira.

Quando o valor da venda ainda não está definido, o montante deve ser registado na conta 218 – Adiantamentos de Clientes, assegurando que os adiantamentos são classificados como passivos correntes até que o montante seja devidamente estabelecido.

Por outro lado, caso o valor da venda já tenha sido previamente determinado, o registo deve ser efetuado na conta 276 – Adiantamentos por Conta de Vendas, refletindo o acordo existente entre as partes sobre o montante a ser faturado.

Esta distinção é fundamental para evitar impactos negativos no balanço, como a redução incorreta do ativo através de um crédito na conta de clientes, quando na verdade o valor deveria estar registado como uma obrigação no passivo corrente.

Esta prática visava evitar impactos incorretos no balanço, dado que um registo inadequado na conta 211 – Cliente conta corrente poderia diminuir indevidamente o ativo. O procedimento correto consistiria em aumentar o passivo corrente, refletindo de forma apropriada as obrigações da entidade, através das contas 218 ou 276, dependendo da situação específica. Por esta razão, os auditores exigiam rigor absoluto na retificação destes registos, garantindo a fiabilidade das demonstrações financeiras.

Quando se identificam saldos contranatura nas contas de clientes, é recomendada a regularização dos registos pelo cliente auditado, com o envio subsequente de balancetes e

extratos corrigidos para reanálise. Caso o cliente não efetue as correções necessárias, a abordagem adotada depende do impacto do montante envolvido.

Se o valor ultrapassar o limite definido para a materialidade global, a situação será reportada diretamente na CLC, dado o seu potencial impacto nas demonstrações financeiras. No entanto, se o montante for inferior à materialidade global, o ocorrido será formalizado na Declaração do Órgão de Gestão e registado na Carta de Compromisso, garantindo a rastreabilidade e a transparência do processo.

O objetivo da AMM, no contexto do teste contra natura é assegurar que as demonstrações financeiras de uma entidade não apresentem informações enganosas ou que possam induzir em erro, mesmo que todos os procedimentos contabilísticos e legais tenham sido cumpridos formalmente.

Este teste é uma abordagem crítica que avalia se há distorções relevantes nas demonstrações financeiras, analisando situações que, apesar de estarem tecnicamente conformes com as normas, violam o princípio da verdade e justeza da informação contabilística. Ou seja, o teste contra natura busca identificar práticas que podem manipular ou distorcer a realidade económica e financeira da empresa, muitas vezes visando influenciar decisões de terceiros (investidores, credores, reguladores).

A AMM, como entidade especializada em auditoria e revisão oficial de contas, utiliza este tipo de análise para garantir a integridade e a transparência das informações financeiras apresentadas, protegendo assim os interesses dos stakeholders e promovendo a confiança no sistema financeiro.

Segundo (Almeida, 2022 p 404), “os objetivos do auditor neste teste, “tal como em todas as áreas estão relacionada com a obtenção de provas suficiente e apropriada sobre as asserções do órgão de gestão”. As compras, fornecimento e dividas a pagar representam, na generalidade da empresa, uma importante fatia dos gastos, logo são uma componente importante no apuramento dos resultados. Como foi referido, esta área está relacionado com a aquisição de importantes ativos, como é o caso de mercadorias, materias-primas e

imobilizado que, de uma forma individual, são geralmente itens materialmente relevantes na demonstrações financeiras, tal como acontece com as dívidas a pagar”.

6.10.2 Saldos Devedores

Após a preparação do balancete, é realizada a amostragem, com especial atenção aos fornecedores recorrentes. Normalmente, os saldos de abertura destes fornecedores são excluídos da análise, uma vez que o foco dos auditores está nos movimentos e saldos do período corrente.

Contudo, caso algum fornecedor apresente um saldo de abertura significativamente elevado, é realizada uma investigação detalhada. Este procedimento inclui a consulta de registos e trabalhos realizados em exercícios anteriores para identificar a causa subjacente a esse saldo elevado, como pagamentos em excesso, notas de crédito pendentes ou situações de reconciliação ainda por resolver.

Esta abordagem permite não apenas garantir a precisão dos saldos do período, mas também identificar e corrigir possíveis inconsistências que possam ter impacto acumulado nos exercícios subsequentes.

Diferentemente da abordagem aplicada no teste de clientes, na análise de fornecedores a amostragem é realizada com base no crédito acumulado ao longo do período, em vez de considerar apenas o saldo final da conta. Esta metodologia é adotada porque, ao proceder a confirmações externas junto de fornecedores, o objetivo principal é verificar se todas as transações realizadas no ano em análise estão devidamente registadas na contabilidade da entidade.

Este procedimento permite validar a asserção de plenitude, garantindo que nenhum movimento relevante foi omitido e que os registos refletem com exatidão as obrigações assumidas pela entidade durante o período em questão.

6.11 Plano de auditoria e procedimentos – conta de terceiros

6.11.1 E-fatura

Durante o estágio na AMM, aprendi uma abordagem adicional para validar os saldos de fornecedores, assegurando que todas as faturas emitidas por terceiros ao cliente estão devidamente registadas na contabilidade, refletindo uma imagem verdadeira e fidedigna dos créditos á fornecedores na conta 22.

O processo começa pela extração de dados do portal E-Fatura, abrangendo um período específico definido pelo auditor. Estes dados são confrontados, numa ótica acumulada, com os saldos credores registados na conta 22. Esta comparação permite identificar possíveis discrepâncias, como faturas não contabilizadas ou registos indevidos.

Adicionalmente, é realizada uma análise detalhada das notas de crédito emitidas pelos fornecedores. Estas notas, que representam débitos na conta 22, são examinadas para garantir que foram corretamente registadas e que as respetivas faturas de origem foram devidamente ajustadas.

Esta metodologia complementa os testes substantivos tradicionais, proporcionando uma verificação mais rigorosa e completa dos saldos de fornecedores, assegurando a fiabilidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas aplicáveis.

Identifiquei algumas limitações neste procedimento, dado que nem todas as faturas emitidas por terceiros são registadas diretamente na conta 22. Por exemplo, faturas de bancos ou seguradoras geralmente têm um tratamento contabilístico diferente e não passam por esta conta. Além disso, existem situações em que o lançamento contabilístico das faturas implica a contabilização de IVA, o que dificulta uma análise direta e acumulada por fornecedor, exigindo ajustes adicionais para garantir a correta conciliação.

Na AMM, para clientes com volumes mais elevados de aquisições, esta situação é gerida através da aplicação de filtros. Estes filtros permitem selecionar apenas os fornecedores mais relevantes, estabelecendo valores mínimos como critério, de forma a concentrar a análise nos casos de maior impacto. Esta abordagem otimiza o procedimento, mantendo o

foco em fornecedores significativos e assegurando uma validação eficaz e eficiente, apesar das limitações identificadas.

O objetivo do teste E-Fatura na AMM é assegurar a integridade e a fiabilidade dos saldos registados na conta 22 – Fornecedores. Este teste verifica se todas as faturas emitidas por terceiros foram corretamente consideradas na contabilidade da entidade auditada.

Ao confrontar os registos do portal E-Fatura com os saldos contabilísticos da conta 22, numa perspetiva acumulada, é possível identificar eventuais omissões, discrepâncias ou erros nos registos, garantindo que os créditos a fornecedores refletem uma imagem verdadeira e apropriada.

Além disso, o teste também avalia o tratamento correto de notas de crédito, que constituem débitos nesta conta, e considera possíveis ajustamentos relacionados com faturas que não transitam diretamente pela conta 22, como as de bancos e seguradoras, ou aquelas cujo lançamento envolve a contabilização de IVA.

Este procedimento contribui para validar a conformidade dos registos contabilísticos com as obrigações fiscais e assegura que a informação financeira da entidade está completa e correta.

Em termos específicos, o teste E-fatura tem a seguinte função que é Verificação de Conformidade Fiscal que assegura que as empresas auditadas pela AMM utilizam o E-fatura de forma adequada, comunicando todas as faturas à Autoridade Tributária e cumprindo as suas obrigações fiscais.

Ao utilizar os dados do E-fatura apoia à auditoria financeira a reforçar a fiabilidade das análises financeiras, promovendo assim uma auditoria rigorosa e fundamentada.

6.12 Plano de auditoria e procedimentos – rendimentos

6.12.1 Vendas

Sendo a principal fonte de receita da entidade, o teste as vendas e prestações de serviços exige um cuidado especial por parte da auditoria. Esta atenção redobrada deve-se ao

elevado nível de risco inerente, fortemente influenciado pelas características do mercado em que a entidade opera, um factor que tem impacto directo neste teste.

Sempre que aplicável, a AMM realiza, numa fase inicial, uma avaliação ao processo de vendas do cliente auditado, com o objectivo de compreender o seu funcionamento. Nesta etapa, é elaborado um fluxograma que descreve o circuito das vendas ou da prestação de serviços. Durante este teste aos controlos internos, os auditores procuram também identificar quem tem a responsabilidade de autorizar as vendas, se aplicável, além de verificar a sequência numérica atribuída aos documentos internos e os limites de crédito, descontos e prazos de pagamento definidos para cada cliente.

Numa fase seguinte, realizam-se testes analíticos e substantivos, como ilustra a figura 16. Com o intuito de obter evidência suficiente e adequada sobre a área em análise. Assim, tal como é habitual na preparação dos papéis de trabalho para cada rubrica examinada, procede-se a um teste analítico. Este consiste na comparação dos saldos da rubrica do ano corrente com os de anos anteriores, com o objetivo de identificar tendências. Caso sejam detectadas variações inesperadas ou atípicas, procede-se a uma análise detalhada, recorrendo-se principalmente a questionamentos à gestão para compreender as causas subjacentes.

Figura 18 - Teste à vendas

Fonte: AMM & Associados, SROC, Lda.

Nota: Ordenar por Série > InvoiceNo > Invoice Date															1 004,42	413 281,00	414 285,42				
Não me:	Não me:	Não me:	Não me:	Mês	Anulado	Valor	N. Seq.	Nui Seq.	Crc	Doc.	Em Série	Invoiceto	Invoicestatus	Invoicedate	Invoicetype	CustomerID	Nome	TaxPayable	NetTotal	GrossTotal	Tx Iva
6-0	6-0	634 74	634 74	6	OK	OK	NOVO	NOVO			34 74	1	20/jun/22	FR	22	JOÃO MANUEL ME	0,00	12 500,00	12 500,00	0,00	
1-0	1-0	1459	1459	1	OK	OK	NOVO	NOVO			59	37	03/jan/22	FT	1	HIGH THINKING, L	0,00	1 900,00	1 900,00	0,00	
1-0	1-0	1459	1459	1	OK	OK	OK	OK			59	38	03/jan/22	FT	7	ABANCA CORPOR	0,00	3 119,00	3 119,00	0,00	
1-0,25A	1-0,25	1459A	1459	1	459	OK	OK	OK			59	39 A	25/jan/22	FT	8	Daniel Ferreira Cc	502,21	2 183,50	2 685,71	23,4	
1-0,23	1-0,23	1459	1459	1	OK	OK	OK	OK			59	40	25/jan/22	FT	8	Daniel Ferreira Cc	502,21	2 183,50	2 685,71	23,4	
1-0	1-0	1459	1459	1	OK	OK	OK	OK			59	41	31/jan/22	FT	999999990	Consumidor final	0,00	15 000,00	15 000,00	0,00	
1-0	1-0	1459	1459	1	OK	OK	OK	OK			59	42	31/jan/22	FT	10	Liliana Xavier Mar	0,00	7 500,00	7 500,00	0,00	
1-0	1-0	1459	1459	1	OK	OK	OK	OK			59	43	31/jan/22	FT	11	Luis Delfim Marqu	0,00	7 500,00	7 500,00	0,00	
1-0	1-0	1459	1459	1	OK	OK	OK	OK			59	44	31/jan/22	FT	9	César Ribeiro Tav	0,00	23 500,00	23 500,00	0,00	
1-0	1-0	1459	1459	1	OK	OK	OK	OK			59	45	31/jan/22	FT	12	Larissa Bervenuto	0,00	6 500,00	6 500,00	0,00	
2-0	2-0	2459	2459	2	OK	OK	OK	OK			59	46	01/fev/22	FT	7	ABANCA CORPOR	0,00	3 119,00	3 119,00	0,00	
2-0	2-0	2459	2459	2	OK	OK	OK	OK			59	47	11/fev/22	FT	13	PLURISTEL - CON	0,00	20 000,00	20 000,00	0,00	
2-0	2-0	2459	2459	3	OK	OK	OK	OK			59	48	02/mar/22	FT	1	HIGH THINKING, L	0,00	1 900,00	1 900,00	0,00	
2-0	2-0	2459	2459	3	OK	OK	OK	OK			59	49	02/mar/22	FT	14	TECLA D'OUTONC	0,00	30 000,00	30 000,00	0,00	
2-0	2-0	2459	2459	3	OK	OK	OK	OK			59	50	02/mar/22	FT	15	MANUEL LIMA DA	0,00	20 000,00	20 000,00	0,00	
2-0	2-0	2459	2459	3	OK	OK	OK	OK			59	51	02/mar/22	FT	1	HIGH THINKING, L	0,00	1 900,00	1 900,00	0,00	
2-0	2-0	2459	2459	3	OK	OK	OK	OK			59	52	04/mar/22	FT	7	ABANCA CORPOR	0,00	3 119,00	3 119,00	0,00	
2-0	2-0	2459	2459	3	OK	OK	OK	OK			59	53	09/mar/22	FT	16	BRUNO MANUEL C	0,00	45 400,00	45 400,00	0,00	
2-0	2-0	2459	2459	3	OK	OK	OK	OK			59	54	24/mar/22	FT	8	Daniel Ferreira Cc	0,00	35 500,00	35 500,00	0,00	
2-0	2-0	2459	2459	3	OK	OK	OK	OK			59	55	24/mar/22	FT	17	Rosa Donzila de	0,00	43 200,00	43 200,00	0,00	

Estes testes têm como objetivo comparar os registos contabilísticos da entidade com os dados do programa ou software de faturação utilizado. Em princípio, todas as faturas

emitidas pela entidade devem estar refletidas nas contas de resultados, como as contas 71, 72, 717 e 718.

A análise é realizada mensalmente, o que permite identificar e esclarecer eventuais discrepâncias de forma mais eficiente. Normalmente, estas diferenças surgem de dois cenários, como ilustra a figura 18. faturas de vendas que não foram corretamente registadas nas contas da classe 7 ou, inversamente, saldos registados nas contas da classe 7 que não correspondem a vendas operacionais, como no caso da alienação de ativos fixos. Este processo assegura que os registos contabilísticos refletem corretamente as operações da entidade.

Figura 17 Diferenças justificadas

Fonte: AMM & Associados, SROC, Lda.

DIFERENÇAS JUSTIFICADAS			
	SUBTOTAL 5 Diferenças	0,00	0,00
	Soma Final 1 + 2 + 3 + 4 + 5	60,00	0,00

Com diferença

Sem diferença

O teste substantivo que se segue consiste na verificação de documentos físicos relacionados com vendas e prestações de serviços, seleccionados com base numa amostragem definida através de uma das funcionalidades disponibilizadas pelo software.

Este teste inclui ainda uma análise detalhada de parâmetros específicos que permitem avaliar a integridade e fiabilidade dos registos de vendas. Os principais aspectos analisados são:

- **Volume de Documentos Anulados:** Identifica-se a quantidade de documentos anulados durante o período, avaliando-se os motivos e verificando se estes foram devidamente justificados e registados.
- **Documentos de Valor Nulo:** São revistos os documentos emitidos com valor nulo para garantir que não foram criados de forma indevida ou como forma de ocultação de irregularidades.
- **Erros de Sequência Numérica ou Cronológica:** Verifica-se a correta ordem numérica e cronológica dos documentos emitidos, de forma a detectar falhas ou irregularidades nos registos que possam indicar problemas de controlo interno.
- **Dependência de Clientes:** Analisa-se o volume de faturação por cliente, identificando eventuais situações de dependência excessiva em relação a um ou mais clientes, com base na percentagem que cada um representa no total faturado.

Este procedimento tem como finalidade confirmar a correcta classificação dos registos contabilísticos, garantir que os mesmos se referem ao período contabilístico adequado e certificar que estão relacionados com a entidade auditada. Além disso, verifica-se o cumprimento dos requisitos estabelecidos no artigo 36.º do Código do IVA, bem como a correcta aplicação e tratamento do imposto. Este processo assegura a fiabilidade dos registos e a conformidade com as obrigações fiscais.

Esta análise permite uma avaliação mais abrangente e detalhada, assegurando que os registos são consistentes, completos e conformes com os princípios contabilísticos.

6.13 Ativos fixos tangíveis

O SNC contempla na sua estrutura conceptual os princípios através dos quais se deve reconhecer um ativo. “Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de acontecimentos passados e do qual se espera que fluam para a entidade benefícios económicos futuros” (SNC-Estrutura conceptual, 48).

Para que um Ativo Fixo Tangível seja reconhecido, além do conceito de Ativo, têm de cumprir a seguinte condição: “O custo do item puder ser mensurado fiavelmente” NCRF 7

Consideram-se itens tangíveis aqueles que são mantidos com a finalidade de serem utilizados na fabricação ou entrega de bens e serviços, para alugar a terceiros ou para atividades administrativas. E têm uma expectativa de utilização que se prolonga para além de um período contabilístico.

Os Ativos Fixos Tangíveis (AFT) incluem categorias como terrenos e recursos naturais, edifícios e outras construções, veículos de transporte, equipamentos administrativos, equipamentos industriais, entre outros. Estes ativos estão sujeitos a depreciação ao longo da sua vida útil, em conformidade com o disposto no Decreto Regulamentar n.º 25/2009.

Em grande parte das organizações, os ativos fixos tangíveis (AFT) constituem a parcela mais relevante do total do ativo. Os custos associados a estes ativos, como despesas de manutenção e reparação, perdas por imparidade e depreciações, podem influenciar de forma substancial os resultados obtidos.

Na análise substantiva dos Ativos Fixos Tangíveis, iniciava-se com um comentário de revisão analítica, onde se justificavam as principais variações em relação ao período anterior. Este processo permitia identificar, de forma clara, se ocorreram aquisições, alienações ou abates de ativos.

Em auditorias realizadas pela primeira vez, além da análise descrita adiante, eram executados procedimentos adicionais para verificar a completude, existência e valorização dos saldos iniciais de Ativos Fixos Tangíveis. Por outro lado, em auditorias recorrentes, o foco recaía exclusivamente nas transações realizadas durante o período em análise.

Dado que as avaliações subsequentes se baseiam no histórico detalhado do imobilizado, era solicitado ao cliente o mapa de depreciações e amortizações (modelo 32) referente ao período. Este documento permitia realizar a reconciliação entre o valor total dos ativos, as depreciações registadas no período e as depreciações do exercício contabilizadas, assegurando a consistência com a contabilidade.

O portal da Autoridade Tributária (AT) possibilita o acesso a listas de veículos e imóveis associados a cada entidade. A lista de veículos era utilizada para validar a asserção de existência, enquanto a lista de imóveis permitia avaliar tanto a existência como a

valorização dos mesmos. Quando a empresa possuía imóveis, solicitava-se também a caderneta predial, considerando-se o valor patrimonial tributário como um possível indicador de imparidades em Ativos Fixos Tangíveis (AFT).

Para verificar as depreciações do período e as acumuladas, procedia-se ao recálculo destas, avaliando se as taxas aplicadas estavam em conformidade com o Decreto Regulamentar n.º 25/2009. Este recálculo era realizado com base em amostras, sendo que, em auditorias de primeiro ano, a extensão do teste era mais ampla. Já em clientes recorrentes, o teste focava-se nas aquisições do ano ou, na ausência destas, numa amostra de dez a quinze bens mais representativos de cada subrubrica. Este processo permitia validar a asserção de valorização.

No final do papel de trabalho, elaborava-se uma conclusão qualitativa sobre a consistência das taxas utilizadas, a identificação de bens obsoletos, a existência de ativos com sinais de imparidade e a presença de bens totalmente depreciados ainda em uso nas instalações do cliente.

Identificaram-se vários bens completamente amortizados e, na impossibilidade de confirmar a sua presença nas instalações do cliente ou determinar se estavam obsoletos, era emitida uma recomendação de controlo interno. Nesta recomendação, sugeria-se a realização de um inventário físico ao imobilizado da empresa, com o objetivo de assegurar a fiabilidade dos registos e a adequada gestão dos ativos.

CONCLUSÃO

Atividades cumpridas e superadas em relação ao planeado.

A experiência de estágio na AMM & Associados SROC, Lda. Representou para mim uma etapa marcante no meu percurso académico e pessoal. Ao longo destes meses, tive a oportunidade de aplicar na prática os conhecimentos adquiridos durante o mestrado, enfrentando desafios reais, ganhando maturidade profissional e desenvolvendo competências que só a vivência diária no mundo da auditoria pode proporcionar.

O caminho não foi sempre fácil, mas cada obstáculo superado reforçou a minha confiança e consolidou a certeza de que escolhi a área certa para desenvolver a minha carreira. A exigência do trabalho, a responsabilidade das funções desempenhadas e a necessidade constante de agir com rigor e ética ensinaram-me lições que vão muito além da vertente técnica.

Durante o estágio, percebi a verdadeira importância da resiliência, da atenção ao detalhe, da comunicação eficaz e do trabalho em equipa. Compreendi que ser auditor é, acima de tudo, ser um profissional comprometido com a verdade, a transparência e a confiança – princípios que levo comigo e que pretendo honrar ao longo da minha vida profissional.

Este relatório é o reflexo de um percurso feito de aprendizagem, crescimento e superação. Mais do que o cumprimento de um requisito académico, representa para mim uma conquista pessoal e um agradecimento genuíno a todos os que contribuíram para este percurso.

Sei que o verdadeiro caminho profissional começa agora, mas sinto-me preparada para os desafios futuros, com bases sólidas, entusiasmo renovado e uma vontade constante de continuar a aprender e a evoluir, tanto como auditora como ser humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, M. B. (2017). *Manual de auditoria financeira: Uma análise integrada baseada no risco* (2.ª ed.). Lisboa: Escolar Editora.

Almeida, M. B. (2020). *Manual de auditoria financeira: Uma análise integrada baseada no risco* (2.ª ed.). Lisboa: Escolar Editora.

Almeida, M. B. (2022). *Manual de auditoria financeira: Uma análise integrada baseada no risco*. Lisboa: Escolar Editora.

Alves, J. (2015). *Princípios e prática de auditoria e revisão de contas* (1.ª ed.).

COSO. (2013). *Enterprise Risk Management – Integrated Framework*.

Duarte, A. A. V. (2021). *Relatório de Estágio do Mestrado em Auditoria Empresarial e Pública*. Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra.

Guedes, L. (2020). *A importância do planeamento de uma auditoria financeira*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto para a obtenção do grau de Mestre em Auditoria.

ICAFI. (2020). *International Conference on Accounting and Finance Innovation*, 12–13 de novembro, Universidade de Aveiro, Portugal.

Inácio, H. (2014). *Controlo interno: Enquadramento teórico e aplicações práticas* (1.ª ed.). Lisboa: Escolar Editora.

Lopes, I. (2019). *Auditoria financeira: Do controlo interno ao controlo externo independente*. Coimbra: Edições Almedina.

Madeira, M. (1997). *Auditoria e gestão* (1.ª ed.). Lisboa: Editorial Presença.

Miguel, R. (2022). *A importância do relatório de auditoria na análise e concessão de crédito às PME portuguesas*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra para a obtenção do grau de Mestre em Auditoria Empresarial e Pública.

Morais, G., & Martins, I. (2013). *Auditoria interna: Função e processo* (4.ª ed.). Lisboa: Áreas Editora.

Ordem dos Revisores Oficiais de Contas Fonte: Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

SNC. (2022). (8.^a ed.). Porto Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. Porto Editora.

Valente Cunha e Silva, A. S., & Coelho Inácio, H. (2013). *Relação entre a auditoria interna e a auditoria externa e o impacto nos honorários dos auditores externos*. Revista Universo Contábil.

www.ine.pt – Instituto Nacional de Estatística.

<https://search.app/Qwx26yfMcSyosDVY9>

Normas Internacionais de Auditoria (ISA's) do International Auditing and Assurance Standards Board:

ISA 200 - Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução de uma Auditoria de Acordo com as Normas Internacionais de Auditoria;

ISA 210 - Acordar os Termos de Trabalhos de Auditoria;

ISA 300 - Planear uma Auditoria de Demonstrações Financeiras;

ISA 315 - Identificar e Avaliar os Riscos de Distorção Material através do conhecimento da Entidade e do seu Ambiente;

ISA 320 - Materialidade no Planeamento e na Execução de uma Auditoria;

ISA 450 - Avaliação de Distorções Identificadas durante a Auditoria;

ISA 500 - Prova de Auditoria;

ISA 520 - Procedimentos Analíticos;

ISA 600 - Considerações Especiais – Auditorias de Demonstrações Financeiras de Grupos (Incluindo dos Auditores de Componentes);

ISA 610 (Revista) - Usar o Trabalho de Auditores Internos;

ANEXOS

ANEXO 1 – Índice de procedimento substantivo.



AMM & Associados, SROC, Lda

Índice de procedimento substantivo

AMM & Associados, SROC, Lda

Conteúdo

0. Procedimentos administrativos gerais	3
0.1 reportes CMVM e OROC	3
0.2 Backups	3
0.3 organização e passagem de arquivos	3
0.4 planeamento de trabalhos e indicação para marcação de visitas	3
0.5 marcação de visitas e pedido de elementos	3
0.6 gestão do email geral	3
0.7 controlo de receção de elementos para visitas	4
0.8 emails circulares a clientes (Inventários, fecho de ano, etc)	4
1. Trabalho de auditoria - Planeamento	4
1.1 conhecimento do cliente e definição de materialidade	4
1.2 revisão analítica global	4
1.3 definição de tarefas de rotina a realizar em cada momento de análise	4
2. Trabalho de auditoria - Tarefas de rotina em preparação e realização de visitas	5
2.1 tratar saft / extratos e carregar em SIPTA	5
2.1.01 SAFT	5
2.1.01.1 Carregamento no SIPTA	5
2.1.01.2 Erros de carregamento no SIPTA	7
2.1.01.3 Tratamento ficheiro final	7
2.1.02 Extratos	11
2.1.02.1 Tratamento ficheiro EXCEL para carregamento	11
2.1.02.2 Tratamento ficheiro TXT para carregamento	12
2.1.02.3 Carregamento no SIPTA	12
3. Trabalho auditoria - Inventários	13
3.1 Pedido de elementos e preparação de assistência a inventários	13
3.2 Assistência a inventários e elaboração de memo de contagem	14

3.3	Teste quantidades	14
3.4	Teste valorização	15
4.	Trabalho de auditoria – Procedimentos de Circularização	15
4.1	Bancos, advogados e seguradoras - envio de minutas	15
4.2	Bancos, advogados e seguradoras – controlo de receção de respostas	15
4.3	Seleção de clientes, fornecedores e odc	15
4.4	Envio de clientes, fornecedores e odc	15
4.5	Controlo de respostas recebidas e de pedido de conciliação	15
4.6	Análise conciliações	15
5.	Trabalho de auditoria – Testes de rotina	15
5.1	Tratamento dos elementos para carregamento dos testes de rotina	15
5.1.01	SAFT de Faturação	15
5.1.02	Balancetes Gestão Comercial	20
5.1.03	Ficheiros de Pendentes	22
5.1.04	Mapas de Vencimento	22
5.1.05	Estado	23
5.2	Carregamento dos testes	28
5.2.01	Teste aos Saldos de Abertura	28
5.2.02	Teste à Gestão Comercial	30
5.2.03	Teste à Faturação	32
5.2.04	Teste aos Vencimento	37
5.2.05	Teste ao Estado	39
5.2.06	Teste aos Financiamentos	41
5.2.07	Teste às Conciliações Bancárias	43
6.	Trabalho de auditoria – Encerramento	46
6.1	mapa de responsabilidades e divisão cp mlp	46
6.2	análise depreciações	46
6.3	análise inventários	48

ANEXO 2 – Dossiê Corrente.



A - Clientes e Vendas_Prestações de Servi...	19/07/2017 12:21	Pasta de ficheiros
B - Fornecedores e Compras	19/07/2017 12:21	Pasta de ficheiros
C - Inventários, Consumos e Variações	19/07/2017 12:21	Pasta de ficheiros
D - Pessoal_Salários_Trabalhadores Indep...	19/07/2017 12:21	Pasta de ficheiros
E - Estado	19/07/2017 12:21	Pasta de ficheiros
F - Investimentos	19/07/2017 12:21	Pasta de ficheiros
G - Investimentos Financeiros	19/07/2017 12:21	Pasta de ficheiros
H - Capitais, seus Detentores e Entidades...	19/07/2017 12:21	Pasta de ficheiros
I - Responsabilidade com Sociedades Fin...	19/07/2017 12:21	Pasta de ficheiros
J - Meios Financeiros Líquidos	19/07/2017 12:21	Pasta de ficheiros
K - Provisões e Contingências	19/07/2017 12:21	Pasta de ficheiros
L - Subsídios	19/07/2017 12:21	Pasta de ficheiros
M - Outras Áreas	19/07/2017 12:21	Pasta de ficheiros
N - Revisão das Demonstrações Financeir...	19/07/2017 12:21	Pasta de ficheiros
O - Procedimentos Gerais	28/01/2022 16:57	Pasta de ficheiros
X - Correspondência	19/07/2017 12:29	Pasta de ficheiros
Z - Elementos recebidos	19/07/2017 12:26	Pasta de ficheiros
Z - Elementos tratados	19/07/2017 12:26	Pasta de ficheiros
Check list Fase preliminar e Fecho	19/07/2017 16:34	Folha de Cálculo c...

ANEXO 3 - Dossiê Permanente.



1. Prestação de Serviços
 - a. Procedimentos de aceitação/continuação de cliente -> onde se incluirá a comunicação ao anterior FU (e resposta do mesmo)
 - b. Contrato AMM
 - c. Declarações de Aceitação
2. Informações da Empresa
 - a. Estatutos/pacto social
 - b. Atas
 - i. AG
 - ii. CA
 - iii. CFiscal
 - c. Certidão permanente comercial
 - d. Livro Registo de Ações
 - e. Património (imóveis; viaturas; investimentos financeiros; etc)
 - f. RCBE -> devem constar os RCBE à medida que vamos obtendo e haja alterações
 - g. Questionários de LBCFT-> colocar os questionários anuais e respetivos anexos
 - h. Outros
3. Legislação aplicável -> pasta em aberto para o que for aplicável a cada cliente
4. Contratos
 - a. Seguros
 - b. Financiamentos
 - c. Outros
5. Controlo Interno -> colocar ficheiro de conhecimento de negócio e levantamento de controlos e anexos respetivos; os testes aos controlos devem ficar na pasta corrente do ano respetivo
6. Dossier Fiscal -> deve existir uma pasta para cada ano, onde deve constar R&C assinado e nossos documentos emitidos
7. Outros Assuntos -> Correspondência; PER; Deveres de Vigilância; etc

ANEXOS 4 - Controlo de respostas recebidas e de pedido de conciliação.



Respostas ✓ Respostas 2023-01-14 16:16:44

Módulo: (EU) Euro

ID	Descrição	MONTANTES		Observações	Valor a pagar	CONFIRMAÇÃO		Estado
		Saldo Devidor	Saldo Credor			Conta	Validar	
1.	Conta corrente de cliente	0,00	0,00		42.000,70	2210000 - OUTRO BANCARIA, LDA	Validar	✓
2.	Letras em circulação de cliente				42.000,70		Validar	✗
3.	Conta corrente de fornecedor				0,00		Validar	✗
4.	Letras em circulação de fornecedor				0,00		Validar	✗
5.	Conta corrente de outros devedores e credores				0,00		Validar	✗
6.	Letras em circulação de outros devedores e credores				0,00		Validar	✗
7.					0,00		Validar	✗
Total:		0,00	0,00		42.000,70			

Observações do respondente:
Não há.

Como solicitado enviamos em anexo extracto até 31.10.2023
Dirigido
M. Comarcenhas,

Ficheros: # 2023.pdf

Respostas ✓ Resposta inserida pelo auditor

ID	Descrição	MONTANTES		Observações	Valor a pagar	CONFIRMAÇÃO		Estado
		Saldo Devidor	Saldo Credor			Conta	Validar	
1.	Conta corrente de cliente	0,00	0,00		40.000,00	2210000 - BDP COMERCIAL E INDUSTRIAL	Validar	✓
2.	Letras em circulação de cliente				40.000,00		Validar	✗
3.	Conta corrente de fornecedor				0,00		Validar	✗
4.	Letras em circulação de fornecedor				0,00		Validar	✗
5.	Conta corrente de outros devedores e credores				0,00		Validar	✗
6.	Letras em circulação de outros devedores e credores				0,00		Validar	✗
7.					0,00		Validar	✗
Total:		0,00	0,00		40.000,00			

Ficheros:

Sublito BDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A - Mano Miranda do Almeida SA.pdf

Atenção para esta lista de ficheros para poder ser validada.

O controlo de respostas e pedidos de conciliação podem ser feito de três formas: via SIPTA, e-mail ou carta. No caso do SIPTA, o terceiro submete a resposta e anexa os ficheiros necessários através do link enviado nos e-mails de circularização. Posteriormente, comparamos a resposta recebida com os dados contabilísticos do cliente.

ANEXOS 5 - Central de responsabilidade de crédito.



Tipo de responsabilidade	Devedor (2)				
Produto financeiro	Financiamento à atividade empresarial				
Tipo de negociação	Totalmente nova	Em litígio judicial	Não		
Início	2019-03-28 (3)	Fim	2026-09-15 (4)		
Nº devedores no contrato	1				
Montantes					
Total em dívida	71 935,80 €	(1)			
do qual, em incumprimento	0,00 €	Entrada incumpr.	Não Aplicável		
Vencido	0,00 €				
Abatido ao ativo	0,00 €				
Potencial	0,00 €				
Prestação	(5) 4 396,46 €	Periodicidade	Trimestral	(6)	

Garantias		
Tipo	Valor	Número
0100	79 129,38 €	1
1000	50 355,06 €	1
-	-	-

Se no mapa surgirem financiamentos não registados na CTB, deve-se inserir uma linha com os dados correspondentes e indicar na coluna "Descrição" o banco associado. Note-se que, em algumas empresas, o mesmo empréstimo pode estar dividido entre contas de curto e médio/longo prazo; neste caso, os saldos devem ser somados, pois o mapa do BP apresenta o valor total em dívida.

ANEXOS 6- Carta enviada as Seguradoras.



[NOME_TERCEIRO]

[MORADA_TERCEIRO]

_____, ____ de _____ de ____

Assunto: Solicitação de Informações

Exmos. Senhores,

Na sequência da auditoria às nossas demonstrações financeiras, os nossos revisores, **Alberto Martins, Magalhães & Associados, SROC, Lda**, estão a proceder às confirmações externas em reporte à data de **31 de Dezembro de 2024** pelo que muito agradecemos a V. Exas. o favor de lhes fornecerem as informações relativamente às operações existentes.

Para isso, agradecemos ainda que nos indiquem informação do ano em análise acerca de:

- as apólices existentes;
- cláusulas particulares;
- recibos emitidos (com indicação do período coberto, tipo de periodicidade e prémio);
- capitais e objetos seguros

Sabendo da importância deste procedimento, solicitamos a vossa diligência tão breve quanto possível, enviando-lhes as informações abaixo indicadas, com referência àquela data, podendo responder para um dos seguintes contactos: morada, email ou fax.

Alberto Martins, Magalhães & Associados, SROC, Lda

Rua Padre Estevão Cabral, 79, sala 404, 3000-317 Coimbra

Email: geral@ammsroc.pt

Telefone: 239829589

Fax: 239823998

Gratos pela colaboração prestada, subscrevemo-nos com estima e consideração.

ANEXOS 7- Carta enviada aos Advogados.



Exmo(s) Senhor(es)

(Data)

Assunto: Solicitação de informações

Exmos. Senhores,

Os nossos Revisores Oficiais de Contas, Alberto Martins, Magalhães & Associados, SROC, Lda, com sede na Rua Padre Estêvão Cabral, 79 – Sala 404, 3000-317 COIMBRA, telefone 239 829 589, fax 239 823 998 e endereço de e-mail geral@ammsroc.pt, estão a proceder à auditoria das nossas demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2024, pelo que agradecemos lhes sejam fornecidas as informações seguintes com referência àquela data:

1. Uma lista de todas as reclamações e acções judiciais em curso, litígios intimados ou pendentes, impostos adicionais, liquidados ou propostos para liquidação, de que tenha conhecimento como nosso advogado, assim como de idênticos factos que hajam ocorrido posteriormente àquela data. Solicitamos que especifique para cada caso:
 - (a) Descrição do litígio;
 - (b) Valor proposto da acção;
 - (c) Posição actual da acção;
 - (d) Eventual existência de cobertura de seguro ou de outros mecanismos susceptíveis de transferir responsabilidades potenciais para terceiros;
 - (e) Parecer de V. Exa. quanto à estimativa final de responsabilidades (incluindo custas judiciais e outros encargos).

2. Uma lista de todas as potenciais reclamações e respectivas responsabilidades esperadas, designadamente, factos existentes dos quais possam decorrer reclamações de terceiros, de que tenha conhecimento como nosso advogado, assim como de idênticos factos de que tenha conhecimento e que hajam ocorrido posteriormente a 31 de Dezembro de 2024. Solicitamos que especifique para cada caso:

- (a) Descrição da potencial reclamação;
- (b) Valor envolvido;
- (c) O seu parecer no que respeita à atribuição final de responsabilidade.

3. Uma lista de direitos, títulos ou outros bens de nossa propriedade detidos por V. Exa. ou por outras entidades de que tenha conhecimento.

4. A importância que tínhamos em dívida para convosco em 31 de Dezembro de 2024.

Este pedido corresponde a uma necessidade urgente dos nossos Revisores, pelo que agradecemos que lhes seja enviada uma resposta, com a maior brevidade possível, podendo utilizar-se o e-mail acima indicados.

Sem outro assunto, subscrevemo-nos com os melhores cumprimentos,

De. V. Exas.

Atentamente

ANEXOS 8 - Carta enviada aos Bancos.



ASSUNTO: Solicitação de Informações

(DATA)

Exmos. Senhores,

Estando os nossos revisores oficiais de contas

Alberto Martins, Magalhães & Associados, SROC, Lda

R. Padre Estêvão Cabral, 79 – Sala 404

3000-317 COIMBRA

Tel: 239 829 589 / Fax: 239 823 998

E-mail: geral@ammsroc.pt

a proceder à revisão/auditoria das nossas demonstrações financeiras, muito agradecemos a V. Exas. o favor de lhes enviarem directamente, com cópia para nós, as informações abaixo com referência à data de 31 de Dezembro de 2024, solicitando que nas não aplicáveis seja expressamente referido “Nada consta”:

1. Saldos de todas as contas existentes nessa Instituição, indicando condições de prazo, taxas de juro e outras, e se os mesmos estão disponíveis ou se encontram sujeitos a qualquer restrição (incluindo acordos de natureza fiduciária com terceiros, que limitem a sua movimentação) informando qual a natureza, quantia e condições de tal restrição;
2. Indicação das contas sem saldo e/ou encerradas que tenham tido movimento no período de 01/01/2024 a 31/12/2024;
3. Discriminação das acções, obrigações, ou outros valores mobiliários depositados à guarda dessa Instituição, com indicação de quaisquer encargos ou ónus;
4. Quantia de impostos retidos na fonte;
5. Relação discriminada, por cada rubrica, de:
 - a) letras e quaisquer outros valores à cobrança;
 - b) letras descontadas e não vencidas;
 - c) letras descontadas, vencidas e não pagas, pendentes de devolução ou reembolso;
6. Relação discriminada, por cada rubrica, de:
 - a) Contas movimentadas a descoberto e tipo e valor da garantia;

- b) Contas correntes caucionadas, com indicação da natureza, vencimentos, taxa e data de pagamento dos juros e tipo e valor da caução;
- c) Empréstimos de qualquer natureza, titulados ou não, com indicação dos vencimentos, taxa e data de pagamento dos juros e tipo e valor da garantia.
7. Responsabilidades por cartas de crédito, créditos abertos não utilizados, garantias, fianças, avales, cartas de conforto, hipotecas, penhores, etc.
 8. Responsabilidades resultantes de contratos a prazo, nomeadamente forwards em moeda estrangeira de títulos, de operações de reporte, de swaps de taxas de juro, de opções de balcão (OTC), de contratos de futuros ou outros instrumentos financeiros derivados (a especificar);
 9. Quaisquer acordos de saneamento financeiro, contratos de viabilização ou consolidação de passivos;
 10. Informação detalhada sobre as responsabilidades que se encontrem vencidas, com indicação, por tipo de operação, do capital em dívida, juros moratórios e demais encargos não liquidados, ou sobre outros valores que se encontrem por cobrar;
 11. Informação completa sobre operações ou valores em contencioso;
 12. Informações respeitantes a operações contratadas, realizadas ou previstas em nome e/ou a favor de terceiras entidades em que a nossa empresa intervenha a qualquer título, indicando também qual o tipo de tal intervenção;
 13. Detalhes de qualquer acordo de compensação entre duas ou mais contas ou posições;
 14. Informações sobre quaisquer outras situações ou operações activas ou passivas, efectuadas ou em curso, que representem para a empresa responsabilidades efectivas ou contingentes ou limitações ou ónus aos seus activos;
 15. Nome das pessoas cujas assinaturas obrigam a nossa empresa perante essa Instituição, indicando as condições em que essas assinaturas são consideradas válidas.

Autorizamos V. Exas. a debitar a nossa conta pelo custo do serviço prestado, caso a resposta a este nosso pedido seja enviada até xx/xx/xxxx.

Com os melhores cumprimentos,

.....

(Assinaturas com poderes bastantes para o acto)